

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RENATO XAVIER DOS SANTOS

BRICS E A ORDEM INTERNACIONAL: O DEBATE ACADÊMICO

FLORIANÓPOLIS, 2013

RENATO XAVIER DOS SANTOS

BRICS E A ORDEM INTERNACIONAL: O DEBATE ACADÊMICO

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Professor Dr. Felipe Amin Filomeno

FLORIANÓPOLIS, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolve atribuir a nota **8,5** ao acadêmico **Renato Xavier dos Santos**, pela apresentação do trabalho intitulado, “BRICS e a Ordem Internacional: o debate acadêmico”, referente à disciplina CNM7280 – Monografia.

Banca Examinadora:

Prof. Orientador Dr. Felipe Amin Filomeno

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira

À Lívia, que foi minha principal fonte de motivação.

Agradecimentos

Aos meus pais, Sebastião e Lourdes, e aos meus irmãos, Ana Paula e Rafael, pelo apoio emocional e financeiro e pela confiança, sem os quais não teria sido possível completar esta etapa.

Às minhas amigas, Michelly e Carla, por fazerem da casa delas a minha. Aos meus amigos, Ivan e Bruno, pelas inúmeras conversas políticas.

À professora Patrícia Arienti, por confiar e acreditar em todos os meus projetos, parte fundamental para a minha formação.

Aos meus professores da UFSC, ao meu orientador, Felipe Filomeno.

À UFSC, por abrir novos caminhos.

À Lívia, pelo amor, companheirismo e paciência.

“Toda opinião é uma tese, e o mundo, à falta de verdade, está cheio de opiniões”
(Fernando Pessoa).

RESUMO

A partir da década de 1970, verifica-se o declínio hegemônico dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, nota-se a ascensão de potências emergentes e novos blocos de poder na ordem internacional. Nesse contexto, destaca-se a criação de uma coalizão de potências emergentes formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, nomeadamente, BRICS. A associação de países tão heterogêneos motivou muitos debates. Uma das principais questões levantadas por estudiosos e formuladores de política externa diz respeito ao papel que o grupo pode desempenhar na atual ordem internacional. Sendo assim, o presente trabalho objetiva apresentar e organizar o atual debate sobre qual a função do BRICS na ordem internacional em vigência, classificando as análises dos autores em três categorias: otimistas, pessimistas e céticos. A partir disso, foi possível verificar que a maioria das análises em relação ao papel do BRICS na ordem internacional é otimista e a minoria cética. Por fim, observamos a necessidade de uma análise mais profunda sobre o BRICS e menos especulativa, baseada na verificação empírica das reuniões, encontros e acordos de cooperação, cujo ponto de partida deva ser as análises céticas.

Palavras-chave: BRICS; ordem internacional; hegemonia; debate acadêmico.

ABSTRACT

Since 1970s, there has been seen a decline of U.S. hegemony. At the same time, the rise of emerging powers and new power blocs in the international order are notable. In this context, occurs the creation of a coalition of emerging powers which members are Brazil, Russia, India, China and South Africa, namely, BRICS. The association of countries so heterogeneous has motivated many debates. One of the main issues raised by scholars and foreign policy-makers refers to the role that the group can play in the actual international order. Thus, this study aims to present and organize the current debate regarding the role of BRICS in the international order, classifying the authors' analysis in three categories: optimists, pessimists and skeptics.

Keywords: BRICS; international order; hegemony; academic debate.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A ASCENSÃO E QUEDA DA ORDEM INTERNACIONAL SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA	13
2.1 Elementos teóricos	13
2.2 Análise histórica da ordem internacional sob a hegemonia norte-americana.....	17
3. SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO BRICS	28
3.1 Histórico das reuniões de cúpulas.....	29
4. O BRICS EM DEBATE	39
4.1 Otimistas	39
4.2 Pessimistas	45
4.3 Céticos.....	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
6. REFERÊNCIAS.....	62

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo, a partir da asserção de que há uma relativa queda do poder hegemônico dos Estados Unidos, apresentar e organizar o que alguns dos principais estudiosos do campo das Relações Internacionais e formuladores de política externa afirmam sobre a coalizão intitulada BRICS e, mais especificamente, sobre qual função o grupo tem desempenhado na ordem internacional. Uma coalizão formada por países tão heterogêneos (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) causa *per se* bastante interesse. Desde 2001, ano em que o termo BRIC foi cunhado, até dias atuais, o BRICS vem chamando a atenção de toda a comunidade internacional e, em particular, da sociedade brasileira. O Brasil recebeu a segunda reunião de cúpula do agrupamento em 2010 e em 2014 sediará novamente o encontro. Nesse ínterim, diversos congressos acadêmicos, *Think Tanks* e centros de pesquisa¹ foram criados especialmente para estudar o fenômeno. Na academia não poderia ser diferente. Debates, artigos, livros e mesas-redondas sobre o tema são diversos e proliferam. Nesse sentido, o presente trabalho se justifica ao buscar organizar tal debate acadêmico, apresentando as principais correntes, ideias e análises dos autores dentro e fora do Brasil.

Nas últimas décadas, o crescimento sustentado pelos países emergentes tem caracterizado o início do século XXI. De 1971 até 2012, a taxa média de crescimento dos países em desenvolvimento foi de 4,98%, superando a dos países desenvolvidos (2,55%) e puxando para cima a taxa média de crescimento mundial, 3,05%². A elevada taxa de crescimento dos países em desenvolvimento foi impulsionada principalmente pela China. Na última década, particularmente, a taxa média de crescimento do país foi de 10,5%, enquanto a economia nos demais países do BRICS cresceu em média 6%³. Soma-se a isso, o fato de que em 2012, pela primeira vez na história, a soma do PIB (PPP) dos mercados emergentes e países em desenvolvimento superou a das economias avançadas⁴. Todos esses dados e outros mais que não serão aqui investigados a fundo, corroboram em favor da ideia de que o mundo

¹ O BRICS Policy Center (BCP) da PUC-Rio é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, e é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI), em colaboração com o Instituto Pereira Passos (IPP). Mais informações disponíveis em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/Sobre>>.

² Os dados foram retirados da UNCTADSTAT – United Nations Conference on Trade and Development. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>>.

³ Boletim de Economia e Política Internacional do IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/120613_boletim_internacional010.pdf>.

⁴ Crescimento do PIB baseado no PPP. Dados retirados a partir do World Economic Outlook Database do FMI. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>>.

está em transformação. Assim também pensou Jim O'Neill, economista chefe do banco Goldman Sachs, ao criar, em 2001, o acrônimo BRIC e, em novo artigo em 2003, a projetar que Brasil, Rússia, Índia e China superariam as demais economias do G6, inclusive indicando a perda de posição dos Estados Unidos para a China como maior economia do mundo (SAHNI, 2013).

Na primeira década do século XXI, assim como no início do século XX, no qual surgiam os Estados Unidos e a Alemanha como potências rivais do Reino Unido na disputa pela hegemonia mundial, verificamos a ascensão de potências emergentes desafiando uma ordem internacional marcada pela preponderância dos EUA nas esferas política, econômica e militar. Os países em desenvolvimento, em especial a China, mas também Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, valeram-se ao longo das últimas décadas de elevadas taxas de crescimento econômico, maior participação nas trocas internacionais de bens, serviços e tecnologias e aumento substancial no comércio entre os países em desenvolvimento - em detrimento do comércio com os países desenvolvidos (BENACHENHOU, 2013, p. 13). Como resultado, hoje os países em desenvolvimento detêm 29% da riqueza mundial, sendo que em 1970 a fatia da riqueza produzida no mundo pelos países em desenvolvimento era de apenas 13,88%⁵.

Apesar dos indicadores econômicos serem bastante reveladores, nas últimas décadas os países em desenvolvimento obtiveram poucas conquistas no que diz respeito à governança global, ou seja, a atual ordem internacional liderada pelos Estados Unidos continua a marginalizar os países mais pobres e em desenvolvimento das principais decisões na arena das organizações internacionais multilaterais. As instituições internacionais criadas no calor do pós-Segunda Guerra Mundial (SGM), hoje (68 anos depois) não respondem aos anseios dos países em desenvolvimento. A assimetria entre direitos e deveres no seio das organizações internacionais, em especial o Conselho de Segurança (CS), consolidou a desigualdade entre as nações, indo de encontro ao que propunha a Carta de São Francisco (SOUTO MAIOR, 2003, p. 29-31).

A crise financeira de 2008, entretanto, aumentou ainda mais a especulação sobre a perda de poder dos Estados Unidos e aproximou Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2009, no auge da crise financeira global, o BRIC fez a sua primeira reunião oficial e, em 2010, incorporou a África do Sul ao agrupamento, que passou a se chamar BRICS. A partir desse momento, um grande número de acadêmicos, operadores de política externa e veículos de

⁵ Ibid. UNCTADSTAT

comunicação voltaram suas atenções para o bloco. Sem embargo, conforme veremos, os trabalhos são, em sua grande maioria, artigos de análise (conjuntural), carecendo, por vezes, de avaliações mais explicativas tanto do ponto de vista histórico quanto empírico. A baixa disponibilidade de teses e dissertações sobre o tema é provavelmente explicada pelo surgimento recente do objeto de estudo. O agrupamento tem apenas quatro anos de existência, foram feitas até o presente apenas cinco reuniões de cúpula, o que dificulta uma análise mais aprofundada sobre os fatos.

O presente trabalho será realizado principalmente através da revisão de literatura acadêmica, mas não descartando análises de websites especializados em política internacional. A partir da revisão de literatura, serão construídas: (1) uma narrativa histórica da ordem internacional sob a hegemonia norte-americana, sua ascensão e declínio relativo; (2) uma explanação sobre a ascensão do BRICS e o histórico das reuniões de cúpula, a partir da análise dos documentos oficiais; (3) uma organização do debate acadêmico atual sobre o BRICS, classificando a análise dos autores sobre as implicações do bloco frente à ordem internacional. Análises que apontam para a eficácia do BRICS na reforma ou revisão da atual ordem internacional serão classificadas como otimistas. Em oposição, análises que não vislumbram quaisquer mudanças derivadas da ação em bloco do BRICS, serão classificadas de pessimistas. Por fim, aquelas análises que, em proporções relativamente iguais, apontam para a possibilidade de o BRICS transformar a ordem internacional, mas também identificam os vários entraves para tal objetivo serão classificadas como céticas.

Assim, o trabalho está organizado em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No capítulo seguinte, faremos um breve histórico da ascensão e queda (relativa) hegemônica dos Estados Unidos à luz das teorias de ciclos hegemônicos, a fim de contextualizar o surgimento do BRICS. Tal surgimento será tratado no capítulo três, no qual apresentaremos o histórico das reuniões de cúpula de 2009 até 2013. No quarto capítulo, organizaremos o debate acadêmico acerca do BRICS e classificaremos as análises de mais de 30 autores. Nas considerações finais, apresentaremos sumariamente os resultados do estudo e indicações para pesquisas futuras.

2. ASCENSÃO E QUEDA DA ORDEM INTERNACIONAL SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

2.1. Elementos teóricos

Antes de expormos a trajetória histórica de ascensão e queda da ordem internacional sob a hegemonia norte-americana, é oportuno tornar clara a significação de alguns dos principais termos e conceitos que foram e serão empregados ao longo deste trabalho. Neste trabalho, quando nos referimos à ordem internacional, o termo deve ser entendido a partir das ideias do teórico G. J. Ikenberry, cuja definição é suficientemente abrangente aos nossos propósitos. Assim, entende-se por ordem internacional a “manifestação de arranjos e regras estabelecidas entre Estados que define e guia suas interações”, tais regras e arranjos “são alcançados através de acordos por imposição ou por consentimento” (IKENBERRY, 2011, p. 12-13, tradução nossa). O não cumprimento destas regras e acordos pode colapsar a ordem. O conflito e a guerra entre Estados apontam para um momento de desordem. Para o autor:

“A ordem padroniza as relações entre os Estados. Estados operam acordos para um conjunto de princípios organizacionais que define o papel e os termos de sua interação. A ordem internacional colapsa ou entra em crise quando as regras e acordos estabelecidos são colocados em disputa ou quando as forças que perpetuam a ordem não a operam mais” (IKENBERRY, 2011, p. 13, tradução nossa).

Ainda em relação à ordem internacional, Ikenberry (2011) aponta para diversos tipos de ordem e formas de distribuição de poder existentes dentro de cada uma delas, sendo útil caracterizá-las a fim de verificar os motivos pelos quais a ordem é mantida estável.

“A ordem internacional pode ser distinguida ou comparada de muitas maneiras. Algumas ordens internacionais são regionais, outras globais. Algumas são altamente institucionalizadas, outras nem tanto. Algumas são hierárquicas. A distribuição de poder nas ordens internacionais também pode variar. O poder pode ser centralizado ou descentralizado. A ordem pode ser organizada em torno de vários polos de poder – multipolar bipolar ou unipolar. O desafio para os pensadores está no uso dessas várias características ou a dimensão para capturar as características da ordem internacional” (IKENBERRY, 2011, p. 14, tradução nossa).

O estabelecimento da ordem internacional tem sido historicamente construído após uma grande guerra, substituindo a antiga ordem por uma nova com características, grosso modo, distintas. Esse momento de transição da ordem constitui o problema fundamental das Relações Internacionais. Para o autor, a estabilidade da ordem se dá através do “equilíbrio [de poder], da coerção, do consentimento ou todas [estas estratégias] juntas”. Conforme Ikenberry, a construção e a manutenção da ordem internacional, liderada pelos Estados Unidos, basearam-se nessas três estratégias supracitadas:

“Em diferentes momentos e lugares, a ordem internacional tem sido organizada em torno de cada um desses mecanismos ou por uma combinação desses mecanismos. [...] a ordem hegemônica liberal liderada pelos Estados Unidos foi baseada em aspectos importantes de todos os três” (IKENBERRY, 2011, p. 13-14, tradução nossa).

Outro conceito amiúde presente ao longo de toda a construção do trabalho diz respeito à hegemonia. Neste caso, o termo hegemonia será empregado de acordo com as concepções de G. Arrighi e R. Cox, assentadas nos escritos do italiano Antonio Gramsci. Na perspectiva de Cox (1981), a hegemonia não é um conceito restrito às relações entre Estados. Segundo ele,

“frequentemente hegemonia é usada como sinônimo de domínio de um país sobre todos os outros, assim, amarrando o uso como uma relação estritamente entre Estados. Às vezes, hegemonia é usada como um eufemismo para imperialismo. [...] Tal narrativa advém dos teóricos neorrealistas, uma vez que estes consideram as forças sociais como irrelevantes e não estão muito preocupados com as formas de diferenciação de Estado” (COX, 1996, p. 102-135, tradução nossa).

Para além do uso das capacidades materiais dos Estados, que indica certo grau de coerção, hegemonia diz respeito à eficácia em exercer liderança (das forças sociais que detêm o controle do Estado) sobre os demais, tanto moral quanto intelectual. Nesse sentido, afastando-se do *mainstream* teórico das Relações Internacionais, as forças sociais dentro dos Estados são vistas com substancial importância. Conforme Arrighi,

“o conceito de ‘hegemonia mundial’, refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer função de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas na gestão corriqueira

desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema” (ARRIGHI, 1996, p. 26).

Ainda segundo Arrighi (1996), a liderança moral e intelectual foi aplicada tanto na hegemonia norte-americana, quanto nas hegemônias britânica e holandesa, moldando e transformando a ordem mundial conforme seus valores. A “ação transformadora” a qual Arrighi se refere, está intimamente ligada à edificação de uma nova ordem mundial. No início do século XX, conforme veremos na seção seguinte, a construção da ordem hegemônica norte-americana se deu por meio de uma rede de cooperação multilateral apoiada em instituições internacionais (ARRIGHI, 1996). Contudo, conforme aponta Cox, tais instituições “são meios, tanto de estabilizar o sistema, quando para perpetua-lo”, pois “reproduzem as relações de poder existente na ordem internacional” e “só podem assumir vida própria eventualmente”.

“instituições fornecem formas de lidar com conflitos tal como diminuem a necessidade do uso da força. Há uma potencial aplicação do poder material, em que os mais fortes podem destruir os mais fracos, se assim acharem necessário. Mas a força não será usada na medida em que o Estado mais fraco aceitar e legitimar as relações de poder prevaletentes” (COX, 1996, p. 99, tradução nossa).

Assim, a arena de disputa das forças sociais e/ou dos Estados nas instituições internacionais se conecta com a ideia de hegemonia de Gramsci, uma vez que a manutenção da liderança hegemônica de um determinado Estado está intrinsecamente ligada à combinação da sua capacidade material às suas ideias e às instituições (COX, 1996, p. 98-99, tradução nossa). Simplificando, Arrighi (1996, p. 28) chama a hegemonia de “consentimento e coerção”. “A coerção implica o uso da força ou ameaça da força digna de crédito; o consentimento implica a liderança moral”.

Neste trabalho, tomaremos o declínio hegemônico dos Estados Unidos como dado. Este pressuposto é baseado em duas teorias que tratam da ascensão e queda das hegemônias ao longo da história: a Teoria da Estabilidade Hegemônica (R. Gilpin) e a Teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (G. Arrighi). A escolha de autores de escolas tão distintas se justifica a partir do momento que ambas as teorias se encontram no ponto que mais interessa

aos nossos propósitos, a saber, o declínio da ordem internacional hegemônica norte-americana.

A ideia central da Teoria da Estabilidade Hegemônica, formulada por Robert Gilpin, exige que um único Estado dominante seja capaz de articular e fazer cumprir as regras de interação entre os membros mais importantes do sistema. Assim, para um Estado ser hegemônico, ele deve ter três atributos: a capacidade de fazer cumprir as regras do sistema; a vontade de fazê-lo; e um compromisso com o sistema (que é visto como benéfico para os principais estados). As capacidades da “hegemonia” repousam sobre a economia (em crescimento), sobre a dominância do setor tecnológico e sobre o poder político (apoiado pelo poder militar). A instabilidade do sistema é resultado de mudanças econômicas e tecnológicas, que implicam, em última instância, na mudança da hierarquia internacional e, portanto, na perda da liderança pelo Estado hegemônico. Segundo Robert Gilpin:

“uma vez que o equilíbrio entre os custos e os benefícios da nova mudança é atingido, a tendência é que o custo econômico da manutenção do status aumente mais rapidamente do que a capacidade econômica para mantê-lo” (GILPIN, 2002, p. 156, tradução nossa).

A teoria formulada por Robert Gilpin atribui o declínio do poder relativo dos Estados Unidos na década de 1970 a três processos: (1) ao aumento excessivo de gastos militares com a Guerra do Vietnã e, de forma geral, com as políticas keynesianas que estimulavam o aumento dos gastos governamentais; (2) a queda de produtividade industrial e tecnológica da economia norte-americana em relação à Alemanha e ao Japão; (3) a desarmonia entre a autonomia interna e a interdependência econômica internacional, com a alteração do status dos Estados Unidos de credor para devedor internacional. De uma perspectiva realista, a combinação desses processos fez com que os Estados Unidos, enquanto potência hegemônica estabilizadora do sistema internacional, tivessem que abandonar Bretton Woods (conforme veremos na próxima seção), deixando assim de cumprir a função de fornecedor de bens públicos globais, dando sinais de que não arcariam com os custos da ordem hegemônica internacional sozinhos, além de demonstrar ao mundo a importância de seus interesses imediatos em detrimento dos interesses públicos globais (GILPIN, 2002; SATO, 2001).

A Teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, formulada por Arrighi (1994) com base na obra de F. Braudel, diz respeito às fases de expansão e queda dos longos ciclos hegemônicos (ARRIGHI; SILVER, 2009). Arrighi procurou compreender como se dão as transições hegemônicas (ARIENTI; FILOMENO, 2007). Assim, o autor (ARRIGHI, 1994, p.

6) identifica quatro ciclos sistêmicos de acumulação na história do moderno sistema mundial, a saber: (1) o genovês, do século XV ao início do século XVII; (2) o holandês, do século XVI até a maior parte do século XVIII; (3) o britânico, da segunda metade do século XVIII até início do século XX; (4) e o ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX até a atual fase de expansão financeira. Os quatro ciclos supracitados correspondem cada um a um período hegemônico. A fase de expansão material coincide com a ascensão do Estado hegemônico, por outro lado, o declínio, verificado por Arrighi, ocorre no momento em que a expansão material é substituída pela expansão financeira. Embora a comparação entre os ciclos ajude a compreender as turbulências da atual fase do capitalismo, Arrighi e Silver (2009) nos lembram que:

“Os longos séculos não devem ser entendidos, em primeiro lugar, como fenômenos recorrentes (cíclica). Embora cada uma das expansões financeiras tenham marcado o início e o fim de um longo século, o sistema mundial foi reorganizado de modo fundamental” (ARRIGHI; SILVER, 2009, não paginado, tradução nossa).

Tanto no início do século XX quanto no início do século XXI, o capital financeiro ganhou destaque e predominou sobre o capital industrial (material). Destarte, as fases de expansão material dos norte-americanos (pós-SGM), assim como a dos holandeses e britânicos, foram sucedidas por fases de expansão financeira, exatamente como pudemos verificar a partir de 1970. A reorganização da hegemonia através da expansão financeira se mantém em um período de curta duração. Tal período é considerado pelos autores ARRIGHI; SILVER (2009) como um tempo de transição hegemônica, cujo novo poder e liderança serão formados nos hiatos do antigo sistema. “Estamos no fim da hegemonia mundial dos Estados Unidos e vamos testemunhar o início de um novo longo século com outro centro geográfico (possivelmente na Ásia Oriental)”, concluem os autores (ARRIGHI; SILVER, 2009, não paginado).

2.2. Análise histórica da ordem internacional sob a hegemonia norte-americana

Até o fim do século XIX, o Estado líder e principal construtor da ordem mundial foi o Reino Unido. O Reino Unido esteve na vanguarda da ascendência da ordem, liderando a Revolução Industrial e o poder naval do seu tempo (IKENBERRY, 2011). Os britânicos também compeliram o resto do mundo a seguir seus valores e sua cultura através, por exemplo, da imposição da língua inglesa (do Caribe ao Cabo de Calcutá) e do modo de vida

inglês, antes mesmo da existência do *American way of Life* (ZAKARIA, 2008). Do ponto de vista econômico, de 1845 a 1870, o equivalente a “30% da riqueza produzida no mundo pertencia à Coroa inglesa, isso representava cerca de 1/5 do comércio mundial” (ZAKARIA, 2008, p. 188). Isso foi possível pela ampla aceitação das normas da economia liberal, corporificadas no livre comércio, no padrão-ouro e na livre circulação de capital e pessoas através de fronteiras nacionais. Tais normas, diferentemente do século XX, não estavam ancoradas em instituições internacionais formais, mas sim, suportadas pelo amplo prestígio alcançado pelos britânicos, que forneceram ao resto do mundo a ideologia universalista de “harmonia de interesses”, tendo como pano de fundo seu poderio ultramarino (COX, 1996, p. 104).

O poder global dos britânicos começou a perder força a partir de 1870, especialmente com a ascensão da Alemanha e dos Estados Unidos como rivais. A ascendência alemã foi condição *sine qua non* para a derrocada dos britânicos. A luta pela hegemonia travada entre ingleses e alemães desencadeou diversos conflitos no continente europeu. No início do século XX, o mundo assistiu a diversos episódios que, mais ou menos, demonstravam o vazio de poder que, àquela altura, existia no sistema internacional. O período é marcado, entre outras coisas, pelo declínio do liberalismo econômico, pelo recrudescimento do protecionismo (como resposta dos governos nacionais à crise de 1929), e pelo fim do padrão-ouro (COX, 1996). Esses processos, somados a duas guerras mundiais, colapsaram boa parte do sistema ideológico que antes era amplamente aceito.

O resultado das duas grandes guerras do século XX foi danoso para perdedores e vencedores. Se de um lado, os alemães destruíram boa parte do poderio militar e a supremacia britânica nos mares, de outro, as duas derrotas no início do século acabaram com as pretensões alemãs de império mundial. Como resultado, os maiores beneficiados com os conflitos foram os Estados Unidos (ARRIGHI, 1996, p. 62). Com o fim da Segunda Guerra Mundial (SGM), que devastou o continente europeu, os britânicos pouco puderam fazer para evitar a perda do seu poder hegemônico para os Estados Unidos. Deste modo, a ascensão dos norte-americanos no cenário mundial foi “fruto e produto” da competição entre as duas potências europeias, provocando uma inédita revolução na hierarquia do sistema internacional, uma vez que pela primeira vez uma potência desafiadora surge fora do velho continente (FIORI, 2004, p. 85).

A fragmentação das instituições da sociedade do século XIX acelerou ainda mais o processo de preenchimento da lacuna de poder deixada pelos ingleses. Caberia aos Estados a difícil tarefa de reorganizar a ordem mundial. Com o fim das alianças construídas na SGM, os

blocos de poder rapidamente se reorganizaram em torno de dois polos opostos ideológica e geograficamente, a União Soviética (URSS) e os Estados Unidos. A certeza do momento era a de que a balança de poder, depois da SGM, seria diferente de tudo que outrora existiu. A mudança no equilíbrio de poder entre os Estados (pós-guerra) transformou o sistema internacional em um sistema bipolar, não obstante o poder americano fosse muito maior (KENNEDY, 1989). Assim, a estratégia norte-americana foi desenhada a partir das conferências do pós-guerra, cujos acordos de Yalta⁶ delimitaram as fronteiras das zonas de influência das duas superpotências. Para isso, os norte-americanos contaram com a exclusiva ajuda dos britânicos, representados na figura de Churchill⁷, que ao se referir à URSS, em 1946, cunhou o termo “cortina de ferro”⁸, recolocando os soviéticos no posto de adversários dos europeus. Em 1949, com a divisão da Alemanha, estabelecia-se, igualmente, a divisão do mundo. A configuração do poder norte-americano, tomando a forma de alianças, criava uma ordem internacional organizada para conter a União Soviética (AYERBE, 2002).

A ideia dos formuladores da política externa dos Estados Unidos era a de que, para evitar um novo caos, a ordem internacional em construção necessitava de pilares semelhantes aqueles do Congresso de Viena⁹, no qual havia competição entre os principais Estados europeus e, devido a isso, um equilíbrio entre eles (Ikenberry, 2013, não paginado, tradução nossa). A construção da ordem internacional sob a hegemonia dos Estados Unidos continha traços similares àquela estrutura básica de dominação dos britânicos na segunda metade do século XIX, com instituições e doutrinas ajustadas para uma economia mundial mais complexa e sociedades nacionais mais sensíveis à repercussão política das crises econômicas (COX, 1996, p. 136; WATSON, 2004, p. 386). Contudo, o caráter que a diferenciava das demais hegemonias era o aspecto *social* empregado à construção da hegemonia mundial, os arranjos institucionais eram dotados de uma personalidade sensivelmente diferente daquela

⁶ A Conferência de Yalta, também chamada de Conferência da Crimeia, ocorreu entre 4 e 11 de fevereiro de 1945. Yalta foi a segunda de três conferências no período da Segunda Guerra Mundial, envolvendo os líderes das principais nações aliadas. O presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, o líder soviético, Josef Stalin, e o primeiro-ministro do Reino Unido, Churchill, reuniram-se em segredo em Yalta para decidir o fim da Segunda Guerra Mundial e a repartição das zonas de influência entre o Oeste e o Leste. Em 11 de fevereiro de 1945 eles assinam os acordos.

⁷ Churchill foi um político conservador e estadista britânico, ganhou fama por sua atuação como primeiro-durante a Segunda Guerra Mundial como primeiro-ministro do Reino Unido.

⁸ O termo “Cortina de Ferro” foi uma expressão usada para designar a divisão da Europa em duas áreas de influência político-econômica distintas, a Europa Oriental e a Europa Ocidental. Durante este período, a Europa Oriental esteve sob o controle político e influência da União Soviética, enquanto a Europa Ocidental esteve sob o comando dos Estados Unidos.

⁹ O Congresso de Viena foi uma conferência entre embaixadores das grandes potências europeias que aconteceu na capital austríaca, entre 2 de maio de 1814 e 9 de Junho de 1815, cuja intenção era a de redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França napoleônica na primavera anterior, retomar a colonização e firmar uma aliança entre os burgueses.

regida pelos ingleses no século anterior (ARRIGHI, 2008). A característica mais social e menos econômica era evidenciada no imaginário político dos norte-americanos. A ideia de “livre-comércio unilateral” não foi, segundo Arrighi (1996, p. 71), sequer considerado pelos Estados Unidos. Contudo, a promessa de *bem-estar social* universal, inspirada no *New Deal*, não foi cumprida e os resultados (do não cumprimento) foram dramáticos para as regiões menos desenvolvidas do mundo. A construção da nova ordem mundial sofreu forte influência do contexto do pós-guerra. A ideia de contenção do avanço comunista perpassava as fronteiras nacionais. Assim, o interesse particular (dos *tomadores de decisão* norte-americanos) de conter os soviéticos, tornou-se interesse geral dos Estados do Ocidente e da sua classe capitalista.

Após o caos sistêmico produzido pela SGM, o caráter universal da ONU, destacado na Carta de São Francisco¹⁰, cuja Assembleia Geral colocava todos os Estados em iguais condições formais (apesar da desigualdade formal e substantiva no Conselho de Segurança da ONU e em outras instituições multilaterais), passaria a ser a arena das questões globais. A construção da ordem pós-guerra, pautada no direito internacional e na institucionalização dos conflitos, trouxe à tona limites à própria potência hegemônica. Se, de um lado, os Estados Unidos, com a ajuda dos seus aliados, trabalhavam para uma ordem política legítima com a participação e adesão igualitária de todos os países, restringindo, grosso modo, as assimetrias existentes por meio de controle institucional, por outro lado, seu poder era limitado por estas mesmas regras e instituições por eles criadas. Em um cenário internacional onde a desconfiança predominava, a atitude de se enquadrar nas regras fez com que, à vista dos demais Estados, os americanos fossem enxergados como uma potência não coercitiva. “O conjunto de instituições e mecanismos capazes de *aprisionar* os Estados em determinadas regras, normas e princípios, condiciona suas estratégias e suas escolhas futuras” (Ikenberry, 2001, p. 56). O *aprisionamento* conduzido pelo Estado hegemônico objetiva trazer os países “para dentro da ordem”, tornando os demais Estados responsáveis pela manutenção da ordem. Além disso, a ordem internacional institucionalizada ajuda a conter o poder do próprio Estado hegemônico, facilitando, assim, a adesão dos Estados mais fracos.

Nesse sentido, o anseio geral de evitar novos conflitos prevaleceu sobre o medo generalizado (PECEQUILO, 2011). O desejo universal de paz, independência e progresso fizeram da ONU a primeira instituição internacional [organizacionalmente independente] e, pela primeira vez, depois da frustrada tentativa de institucionalização internacional

¹⁰ Carta das Nações Unidas disponível aqui: <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>>

introduzida pela Liga das Nações, aventou-se a possibilidade de um governo mundial (SCHURMANN, 1974, Apud. ARRIGHI, 1996, p. 67).

Apesar do caráter universal e organizacionalmente independente da ONU, a criação desta expressou o papel de liderança do Estado hegemônico. Assim, a incorporação de novas instituições multilaterais no pós-SGM refletia a vontade dos Estados Unidos de conceberem uma arquitetura internacional destinada à promoção de um sistema econômico aberto, no qual eles ficariam incumbidos de fornecerem bens públicos globais, isto é, garantir a segurança internacional e, posteriormente, viabilizar uma moeda segura para servir de reserva global (COX, 1996; NAAZNEEN et al., 2013). Deste modo, os Estados Unidos lideraram a disputa pela governança mundial, construindo um arranjo institucional multilateral nunca antes visto, colocando seu imenso poderio econômico e militar a serviço de objetivos mundiais hegemônicos (AYERBE, 2002, p. 65). Entre as instituições, destacam-se os acordos firmados em Bretton Woods que conduziram à criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial; os acordos da aliança militar do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, igualmente importante, a composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

As instituições financeiras, FMI e Banco Mundial, foram planejadas, por um lado, para a reconstrução da economia mundial e, por outro, para evitarem os efeitos do protecionismo exacerbado da década de 1930. Os acordos de Bretton Woods forneceram salvaguardas para as preocupações sociais internas, como, por exemplo, o desemprego. Do ponto de vista macroeconômico, estabeleceram-se taxas de câmbio fixas entre o dólar e o ouro, cujo objetivo era evitar disputas cambiais e, paralelamente, reduzia a margem de ação dos governos nacionais (COX, 1996, p. 138). Resumidamente, o FMI concedia empréstimos aos países com dificuldades na balança de pagamentos. O Banco Mundial estava incumbido de financiar projetos de infraestrutura nos países devastados pela guerra. Apesar da liquidez internacional, a reconstrução do continente europeu necessitava de aportes financeiros ainda maiores. Nesse sentido, o Plano Marshall¹¹ aumentou exponencialmente o fluxo de empréstimos dos Estados Unidos para os europeus. Em particular, a Alemanha foi a maior receptora dos empréstimos do Plano, mas todo o continente europeu acabou sendo beneficiado com o programa de recuperação financeira de Truman (AYERBE, 2002, p. 69). Uma Europa saudável e um ambiente internacional estável eram condições indispensáveis para a expansão da capacidade produtiva das indústrias norte-americanas. Sendo assim, a

¹¹ O Plano Marshall, um aprofundamento da Doutrina Truman, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário do Estado dos Estados Unidos, George Marshall.

criação de normas e regras de controle do dinheiro mundial por parte dos Estados Unidos sustentou os custos militares e os investimentos em tecnologia da indústria bélica, que àquela altura era a maior do planeta. A manutenção do poder e da riqueza do *hegemon* estava salvaguardada nas recém-criadas instituições internacionais. O quadro institucional criado no pós-guerra que definiu a ordem internacional. Ao passo que proclamava a igualdade entre os Estados, “criava mecanismos que, na realidade, tenderiam se mantidos e respeitados, a consolidar a desigualdade” (SOUTO MAIOR, 2003, p. 31).

Não obstante a criação de diversos órgãos multilaterais pós-1945, o funcionamento destes, em particular, do CSNU, foi de forma geral obstaculizado. O Conselho teve seus trabalhos congelados até o início da década de 1950, decorrente, por vezes, da falta de unanimidade entre os cinco membros permanentes, Estados Unidos, União Soviética, China, França e Reino Unido, e em outras ocasiões, como em 1950, pelo boicote soviético à resolução 83¹². O boicote de 1950 resultou na participação dos Estados Unidos na Guerra da Coreia: “o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral foram usados como instrumento pelo governo dos Estados Unidos para legitimar sua intervenção na guerra civil da Coreia no início da década de 1950” (ARRIGHI, 1996, p. 69). Da mesma forma, foi paralisado o Fundo Monetário, que até 1980 (década da crise da dívida latino-americana) teve seu papel reduzido no cenário internacional, grosso modo, pelo princípio norteador da política externa norte-americana, *a contenção*, de 1947 até 1962. A competição ideológica entre soviéticos e norte-americanos facilitou o processo de barganha dos Estados Unidos com a Europa, o comprometimento de Washington com seus parceiros consolidou seu papel de potência hegemônica global, este período de 1947 até meados da década de 1960 é caracterizado como a “era de ouro do capitalismo”. Contudo, como mencionado anteriormente, o período do pós-guerra, sucesso dos Estados Unidos como potência hegemônica, criou as condições para que seu próprio poder fosse minado (WALLERSTEIN, 2004). Entre as décadas de 1960 e 1970, sucessivos revezes para os Estados Unidos, como a derrota no Vietnã, o fim do sistema de Bretton Woods e os Choques do Petróleo fizeram nascer a desconfiança de que o poder dos Estados Unidos estava em declínio (ARRIGHI; SILVER, 2009; KEOHANE, 2005).

A Guerra do Vietnã foi, segundo Arrighi (2008, p. 188) “o prelúdio da crise hegemônica dos Estados Unidos”. Entre 1968 e 1973, o mundo pode observar a queda relativa do poderio militar e econômico norte-americano. A retirada das tropas do território vietnamita depois de 10 anos de guerra (1965-75) foi considerada uma derrota histórica. A derrota no

¹² A resolução 83 autorizou os Estados Unidos entrarem na Guerra das Coreias. Documento na íntegra: <[http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=S/RES/84\(1950\)&Lang=E&style=B%7Chtml](http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=S/RES/84(1950)&Lang=E&style=B%7Chtml)>

Vietnã abalou a nação e evidenciou o desgaste da hegemonia norte-americana, além de demonstrar as potencialidades que as alianças populares dos países periféricos continham (VIZENTINI, 2000, p. 154). Não cabe aqui adentrar em meandros do conflito nem, tampouco, nos motivos que levaram os Estados Unidos à guerra. Porém, do ponto de vista do *hegemon*, a guerra levantou diversos questionamentos sobre o papel de “polícia mundial” e/ou “guardião da paz internacional” desempenhado pelos Estados Unidos (ARRIGHI, 2008; HOBBSAWM, 1995; PECEQUILO 2011). Além de a derrota militar, a queda de prestígio desencadeou uma série de eventos domésticos e internacionais que, mais ou menos, colocaram em cheque a pretensão dos políticos norte-americanos de levarem adiante a estratégia política de contenção soviética, retraindo, parcialmente, a posição dos norte-americanos no cenário político internacional. Do ponto de vista político, o Vietnã representou uma ruptura na política externa norte-americana. O fim do apoio e consenso domésticos associava-se ao sobressalto da derrota militar, da consciência dos crimes perpetrados, dos problemas sociais internos, bem como à descrença política gerada pelo escândalo de Watergate¹³, além de evidenciar os limites da potência hegemônica (PECEQUILLO, 2011; VIZENTINI, 2000).

No plano econômico, os altos custos com as despesas militares no Vietnã afetaram a economia norte-americana que, pela primeira vez no período pós-guerra, apresentou *déficits* no orçamento e no balanço comercial. A retração na atividade econômica norte-americana comprometeu a manutenção das políticas de *bem-estar-social* e a pressão inflacionária aprofundou ainda mais a crise fiscal dos Estados Unidos. Durante os anos 60, Alemanha e Japão, recuperados da SGM, ascenderam como novas potências desafiadoras no campo econômico e tecnológico. Tais países alcançaram patamares, em determinados setores da economia, especialmente no campo tecnológico, cujos benefícios se refletiram no aumento da produtividade, à época superior a produtividade dos norte-americanos. Por detrás das novas tecnologias, avistava-se a estrutura do capitalismo em crise. Os indícios mostravam que o modelo de acumulação keynesiano-fordista, com forte intervenção estatal, principal paradigma econômico até então, estava esgotado. Como resposta a esse período de grandes turbulências, o governo norte-americano decretou o fim dos acordos de Bretton Woods (1971) e a adoção de medidas protecionistas que tinham por objetivo recuperar a confiança na economia e na moeda norte-americanas.

¹³ O caso Watergate foi o escândalo político ocorrido na década de 1970 nos Estados Unidos que, ao vir à tona, acabou por culminar com a renúncia do presidente americano Richard Nixon eleito pelo partido republicano. "Watergate" de certo modo tornou-se um caso paradigmático de corrupção.

“o edifício financeiro construído em Bretton Woods tornou-se insustentável a partir do momento em que Washington, a braços com o forte déficit das contas externas americanas, viu-se obrigado, em agosto de 1971, a suspender a conversibilidade do dólar em ouro, o que levou à desvalorização daquela moeda e ao fim do sistema de paridades fixas. Era a consequência inevitável da relativa difusão do poder econômico internacional: tal como originalmente concebido, o sistema de Bretton Woods só poderia subsistir num mundo em que a economia americana mantivesse o peso relativo que tinha ao término da II Guerra Mundial” (SOUTO MAIOR, 2003, p. 32).

Ao abandonar Bretton Woods, os Estados Unidos indicavam ao mundo que a manutenção e operação do sistema monetário não poderiam mais ser sustentadas somente por ele e por sua moeda, os custos de tal tarefa excediam a capacidade da economia norte-americana de fornecer o bem público (SATO, 2001).

Na esteira das principais medidas, estava o aumento no preço dos barris de petróleo, fator que afetou diretamente toda a economia mundial, em particular, os concorrentes Japão e Alemanha, mas também países em desenvolvimento. Soma-se a isso a Guerra de Yom Kippur (1973), durante a qual, como medida de retaliação ao Estado de Israel, os países pertencentes à OPEP aumentaram exponencialmente os preços daquela commodity, resultando em dois Choques do Petróleo, 1973 e 1979 (VIZENTINI, 2000). Nesse ínterim, o Federal Reserve (FED) alterou drasticamente sua política monetária, combinando restrição da oferta monetária com aumento dos juros. O resultado desta política econômica, em particular para América Latina, foi desastroso. O fim deste ciclo resultou na perda relativa de poder dos Estados Unidos, tanto em relação à URSS, quanto às novas potências econômicas: Alemanha e Japão (ARRIGHI, 2008). Ademais, o recuo dos Estados Unidos no sistema de Bretton Woods (por ele fundado) demonstrou um afastamento, intencional ou não, dos ideais de governo mundial do pós-guerra. O cenário estava montado: (1) crise do modelo de acumulação, vigente desde o fim da SGM; (2) crise do petróleo, trazendo à baila novos atores internacionais da periferia global e; (3) a presença da URSS disputando em iguais condições com os Estados Unidos a corrida armamentista.

No fim dos anos 70, tentando recuperar o país da imagem de fraqueza pela qual os Estados Unidos passavam, o governo Carter promove um aumento nos gastos militares e endurece as políticas diante da União Soviética, cancelando acordos comerciais, além de boicotar as olimpíadas de Moscou. Contudo, nenhuma dessas ações conseguiu superar o mal

estar que se instalou na nação. Assim, a imagem de potência intervencionista e agressiva cedeu lugar a de fraqueza diante dos problemas no campo da política internacional, ainda mais acentuada após a Revolução Iraniana em 1979 (AYEBER, 2002; PECEQUILLO, 2011).

Restaram aos Estados Unidos, diante dos problemas citados, buscar alternativas, as quais foram executadas pela administração do governo Reagan. Reagan internalizou o discurso Thatcherista¹⁴ de “fim do keynesianismo” e, assim, reascendeu as crenças liberais do início do século XX, implementando as seguintes mudanças: redução da oferta monetária; aumento na taxa de juros; redução da tributação das empresas e, por último, eliminação de controles sobre o capital. Os resultados de tais ações foram desastrosos para os países periféricos. A promessa norte-americana de bem-estar-social para todos não foi atingida, pelo contrário, a década de 1980 se mostrou o período no qual a desigualdade social aumentou drasticamente (ARRIGHI; SILVER, 2009).

Ainda que a desregulamentação financeira norte-americana tenha se iniciado em meados da década de 1960, a intensificação deste processo se deu na década de 1980, no governo Reagan, quando agentes do sistema financeiro pressionaram os Estados Unidos no sentido de aprofundar o processo de desregulamentação, criando, assim, um cenário propício para a “contrarrevolução” (ARRIGHI; ZHANG, 2011, p. 26). A internacionalização financeira, ou a “contrarrevolução monetarista” estava inserida dentro do processo de renovação da hegemonia norte-americana, transformando as décadas posteriores à crise na nova *belle époque* norte-americana. Apesar da aparente *belle époque*, Arrighi (2008, p. 171) nos lembra que o ressurgimento da crise era apenas questão de tempo, uma vez que as “expansões financeiras têm impacto fundamentalmente contraditório sobre a estabilidade do sistema”, o que será evidenciado na crise da dívida externa latino-americana, nas crises financeiras dos anos 1990, e na crise iniciada em 2008. Para os Estados Unidos, a década de 1980 se caracterizou pela reversão do seu declínio relativo dos anos 1960 e 1970, no entanto, paradoxalmente, os maiores ganhadores da *contrarreforma* foram China, Japão e Índia (ARRIGHI; ZHANG, 2011).

Com a queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos emergiram como uma potência mundial singular. Velhas ameaças e inseguranças associadas à competição entre as duas grandes potências deram lugar para novas fontes de violência e insegurança. O fim do período bipolar deu início a nova fase de consolidação da ordem

¹⁴Thatcherismo (em inglês, Thatcherism) designa a ideologia e as políticas defendidas pelo Partido Conservador britânico, desde que Margaret Thatcher foi eleita líder do partido, em 1975, e, posteriormente, o estilo do governo Thatcher, no período em que foi primeira-ministra (1979-1990). Thatcher destacou-se dentre os primeiros ministros britânicos conservadores por ser uma ferrenha defensora do liberalismo econômico.

hegemônica pós-Guerra Fria, novamente liderada pelos norte-americanos, mas com profundas mudanças, ainda que não imediatamente aparentes. A globalização da economia mundial e o crescimento do mercado orientado para o desenvolvimento foram forças dessas mudanças (IKENBERRY, 2013). Nesse período, inquietações acerca da hegemonia norte-americana foram desprezadas, motivadas, ora pelo fim do regime socialista e conseqüentemente a vitória do capitalismo sobre o comunismo, ora pelo aprofundamento do consenso de Washington que impulsionou os acordos regionais de livre comércio e, não menos importante, colocou a economia dos Estados Unidos na rota do crescimento. Tais elementos deram a falsa impressão de um fim da história. Nas palavras de Fukuyama:

“O que podemos testemunhar não é apenas o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um determinado período de história do pós-guerra, mas o fim da história como tal: isto é, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma final de governo humano” (FUKUYAMA, 1992, p. 155).

As convicções de Fukuyama estavam inseridas e sustentadas por ideias amplamente disseminadas no período em questão. Tais ideias apregoavam que o mundo estava entrando em um novo ciclo de paz e cooperação e, por isso, os conflitos outrora existentes estavam com os dias contados, uma vez que havia uma percepção generalizada de que, após a vitória do Ocidente, os valores e princípios morais convergiriam e tornar-se-iam comuns. Sem embargo, houve diversos conflitos imediatamente após a queda do muro de Berlim, e as crenças supracitadas logo foram substituídas por nuvens de incerteza (PECEQUILLO, 2011).

Durante os primeiros anos da década de 1990, os Estados Unidos prevaleceram como única superpotência, estabelecendo os marcos fundamentais da ordem hegemônica, altamente hierarquizada com alicerces na supremacia bélica e financeira, passando a intervir militarmente com mais frequência do que durante o período da Guerra Fria. Os norte-americanos estavam orientados, sobremaneira, pela visão unipolar do mundo, e pela sinergia entre a riqueza e o fluxo de capital estrangeiro, que em última instância financiaram a construção e manutenção de sua função de líder mundial. No campo militar, a supremacia se fez valer na operação “Tempestade no Deserto”, comandada por Bush pai e endossada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, com consentimento do “velho novo” membro permanente, a Rússia (UZIEL, 2010). Sendo assim, a já mencionada “belle époque” norte-americana deu novo fôlego ao *hegemon*, o surgimento de um novo *boom* econômico somado

ao avanço tecnológico-militar impulsionaram os oficiais norte-americanos para um novo século americano (ARRIGHI; SILVER, 2009). Esse novo período estava ancorado no Consenso de Washington, o qual passou a ser adotado por boa parte dos Estados, aliados ou não aos norte-americanos. Nos países em desenvolvimento não foi diferente: o neoliberalismo chegou com força e a década de 1990 caracterizou-se pela abertura comercial (Brasil e Índia, por exemplo) e, sobretudo, pela privatização de empresas estatais em grande escala.

No final do século XX, a recuperação dos Estados Unidos, em relação aos problemas enfrentados, sobretudo, na década de 1970, era visível. Como dito anteriormente, a melhoria econômica levantou poucas dúvidas em relação ao seu poder global. Tudo se encaminhava para o “Novo Século Americano” (ARRIGHI; SILVER, 2009, não paginado). No entanto, a mudança no curso da história viria logo no início do novo milênio.

O cenário interno norte-americano nos primeiros anos do milênio foi deveras desfavorável. A crise das empresas *ponto com* marca um início de década diferente da anterior, na qual, sob a luz do Consenso de Washington, a economia norte-americana prosperou. O evento mais marcante na história recente dos Estados Unidos foi o ataque às torres gêmeas (ocorrido em 11 de setembro). Pela primeira vez na história daquele país, o seu território fora violado. A resposta ao ataque terrorista de 11 de setembro desencadeou duas guerras, ambas faziam parte da doutrina Bush de “Guerra ao Terror”: a primeira, no Afeganistão, iniciada em 2001 e que dura até os dias atuais; e a segunda, no Iraque, iniciada em 2003, à revelia do Conselho de Segurança e da comunidade internacional, e encerrada no governo Obama em 2011. As guerras conduzidas pela administração Bush produziram efeitos devastadores para a hegemonia dos Estados Unidos, segundo Cox, M. (2007, p. 651, tradução nossa) “a não compreensão do atoleiro que era a Guerra do Iraque e o esquecimento das implicações que esse tipo de guerra pode trazer, vide as analogias ao Vietnã, acelerou ainda mais o processo de declínio norte americano”.

Soma-se a isto, a recessão econômica e os altos índices de desempregos, ocasionados pela crise global financeira de 2008, que teve seu epicentro o setor financeiro norte-americano e é considerada a maior crise do capitalismo desde o crash de 1929. Nesse contexto, evidenciou-se a vulnerabilidade, tanto econômica, quanto política, dos Estados Unidos. Pode-se notar no início do século XXI o retorno das inquietações a respeito da ordem internacional e, mais especificamente, do poder hegemônico dos Estados Unidos, desta vez de maneira ainda mais acentuada do que nas décadas anteriores. Nesse contexto, o surgimento de novas potências, ancoradas em altos índices de crescimento econômico, faz parte do novo quadro das relações internacionais, conforme veremos a seguir.

3. SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO BRICS

Um dos assuntos mais discutidos na política internacional nos últimos anos é a coalizão entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, nomeadamente, BRICS. Em 2001, o economista-chefe do Goldman Sachs Jim O'Neill, criou o acrônimo BRIC, em um artigo intitulado “Building Better Global Economic BRICs”¹⁵. Desde então, muitos foram os desdobramentos acerca do agrupamento, principalmente a sua transformação de simples conceito acrônimo BRIC, para uma instância de coordenação política entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O reconhecimento internacional adquirido pelos BRICS ao longo dos últimos anos, em particular com a entrada da África do Sul em 2010, é fruto do esforço político conjunto e inédito no cenário internacional que transformou a simples sigla, limitada ao mundo das finanças, em um arranjo de potências emergentes (STUENKEL, 2012; NOGUEIRA, 2012).

De 2000, ano em que o termo BRIC foi cunhado, até 2009, momento em que ocorreu a primeira reunião de cúpula com os chefes de Estado, muitos foram os desdobramentos e eventos que aceleraram o processo de “aparecimento” e maior participação dos novos atores globais. Um dos principais acontecimentos e, quiçá, o mais significativo do ponto de vista do fortalecimento do BRICS, foi crise econômica global, iniciada em 2007 e aprofundada em 2008 nos Estados Unidos. O agrupamento ganhou força expressiva com o desenrolar da crise financeira, em particular com a perda de espaço do G7 para o G20 financeiro como principal foro internacional para assuntos financeiros (PFEIFER, 2012). Ainda que hoje existam fortes dúvidas a respeito da importância do G20, em 2009 muitos apostavam no grupo das vinte principais economias do mundo como a nova instância para a governança financeira internacional. A partir de 2011, com a entrada da África do Sul, o BRICS passou a ser mais representativo. O aumento dessa representatividade, agora com um país do continente africano, “confere maior grandeza aos acordos, declarações e posições conjuntas, além de colocar fim ao isolamento geográfico do Brasil”, que agora tem no continente africano um parceiro mais próximo que os demais (STUENKEL, 2012, p. 261).

¹⁵ O relatório pode ser lido na íntegra em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>.

Apesar de o primeiro encontro em nível ministerial ter acontecido em 2006, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi só em 2009 que se garantiu a institucionalização do BRIC, na primeira reunião de cúpula do grupo, em Ecaterimburgo, Rússia. As reuniões de cúpulas realizadas anualmente são as instâncias decisórias do grupo. O objetivo deste capítulo é apresentar o histórico das reuniões anuais do BRICS, além de destacar os principais temas debatidos e os “Planos de Ação” que indicam as áreas em que o grupo pretende aprofundar a cooperação.

3.1. Histórico das reuniões de cúpula

A I Reunião de Cúpula do BRIC, em Ecaterimburgo¹⁶ 2009, na Rússia, foi ocupada, principalmente, pelo tema da crise financeira. Os líderes dos quatro países ressaltaram o papel central desempenhado pelo grupo das vinte maiores economias do mundo (G20) para lidar com a crise, “comprometendo-se a cooperar com os demais países no intuito de garantir avanços coletivos”. Além disso, o BRIC se mostrou comprometido em avançar nas reformas institucionais, em particular as reformas das instituições do sistema de Bretton Woods, a saber, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Segundo declaração, “tais reformas institucionais visam a refletir as mudanças pelas quais o mundo vem passando, objetivando maior participação dos emergentes nos foros internacionais financeiros”. Os princípios para a reforma na arquitetura financeira internacional passam por “maior transparência e democracia na tomada de decisões nas organizações internacionais”. Ainda em relação à crise, os líderes reconheceram o importante papel desempenhado pelo investimento externo direto (IED) na recuperação da economia mundial, enfatizando “a necessidade de aumento dos investimentos e do comércio internacional em detrimento de medidas (unilaterais) protecionistas”. Para isso, o BRIC reforçou a necessidade de cooperação intra-bloco em áreas como, por exemplo, o meio ambiente, setor energético, ciência e educação, como “incremento a mais para a solução da crise financeira global” (BRIC, FIRST SUMMIT, 2009, tradução nossa).

A agenda do BRIC de 2010 aumentou substancialmente em relação a 2009. Na II Reunião de Cúpula, em Brasília¹⁷, os principais temas debatidos foram: governança global; questões econômicas e financeiras; comércio internacional, desenvolvimento e agricultura. O

¹⁶ A declaração conjunta pode ser lida na íntegra em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/first-summit/>>.

¹⁷ Declaração oficial em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/second-summit/>>.

ponto que mais chamou atenção foi a ideia de cooperação monetária. Os “Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais, foram convocados para analisarem a viabilidade de cooperação monetária, a fim de facilitar o comércio e o investimento intra-bloco”, isto é, um arranjo comercial em moeda local entre os países.

No que diz respeito à governança global, os líderes de Brasil, Rússia, Índia e China, concordaram com a ideia de que “o mundo esta passando por grandes transformações”, reconhecendo que o sistema internacional transita da unipolaridade para a multipolaridade. Áreas mais delicadas, como por exemplo, segurança internacional e comércio, necessitam de especial atenção. Nesse sentido, o BRIC ressaltou “o desejo de uma ordem internacional equitativa e democrática, baseada no princípio do direito internacional, na igualdade e na cooperação coletiva entre todos os Estados” (BRIC, SECOND SUMMIT, 2010, tradução nossa).

Ainda no tocante à crise, apesar da rápida recuperação das economias em desenvolvimento no imediato pós-crise, “a turbulência que afeta a zona do euro deixa claro a indispensabilidade de uma arquitetura financeira reformada, a qual fará com que a economia global seja mais resistente às crises futuras”. Para isso, os líderes do BRIC enfatizaram que “as instituições financeiras precisam resolver seus déficits de legitimidade”. Isso porque, com o aprofundamento da crise os países em desenvolvimento aumentaram substancialmente os recursos disponíveis ao FMI, apoiando especialmente o aumento do capital social. No entanto, a contrapartida, isto é, a reforma nas estruturas de governança global, em particular as cotas e o poder de voto no FMI em favor das economias em desenvolvimento, encontram fortes obstáculos por parte dos países centrais. Segundo declaração conjunta (Brasília, 2010), “a reforma deve passar também por um novo método de seleção para a direção destas instituições, baseados na meritocracia e na não discriminação pela nacionalidade”.

Particular atenção foi reservada à agricultura. Os líderes discutiram formas de promover a cooperação quadripartite no setor da agricultura familiar, contribuindo, desta forma, para a produção global de alimentos e, por conseguinte, à segurança alimentar. Os combates à pobreza e à exclusão social fizeram parte da pauta de discussão, tendo como principal foco o continente africano (BRIC, SECOND SUMMIT, 2010, tradução nossa).

A III Cúpula dos BRICS, realizada na China¹⁸, em 2011, ampliou o debate no interior do grupo, incluindo novos temas, além de ratificar a vontade política de levar adiante projetos conjuntos específicos em setores estratégicos como, por exemplo, agricultura, energia, ciência

¹⁸ Declaração de Sanya: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/third-summit/>>.

e tecnologia. A principal novidade da reunião foi à incorporação da África do Sul, acrescentando o “s” ao BRIC. Três questões centrais ocuparam os dirigentes, são elas:

“medidas para fomentar o comércio intra-bloco, através da utilização de moeda local; posição comum em relação à segurança global, em especial a questão da intervenção na Líbia e; medidas para controle de preços das commodities, como forma de evitar a volatilidade do setor” (CERVO, 2012, p. 45).

A ideia da multipolaridade se faz presente novamente na declaração de Sanya. Para o BRICS, “o mundo está passando por transformações de longo alcance, complexas e profundas que resultam na emergência da multipolaridade e na crescente interdependência econômica”. Deste modo, a governança econômica global deve ser reforçada. Para isso, “a promoção da democracia nas instituições internacionais deve ser intensificada, com o aumento da participação dos países emergentes na tomada de decisão” (BRICS, THIRD SUMMIT, 2011, tradução nossa).

A legitimidade dada a ONU é reiterada em Sanya. Segundo declaração, “o BRICS mantém o forte compromisso com as Nações Unidas em seu papel central no trato dos desafios globais”, demonstrando o caráter de bloco não revisionista da ordem internacional. No que diz respeito à segurança e paz internacionais, os líderes dos cinco ressaltaram a importância do “princípio da não intervenção, da soberania e integridade territorial, evitando o uso da força militar”. Nesse sentido, o caso da Líbia é emblemático. “A posição do BRICS foi em direção à resolução do conflito por meio da cooperação e do diálogo no âmbito do Conselho de Segurança, rechaçando as medidas unilaterais e o uso da força por parte da OTAN” (BRICS, THIRD SUMMIT, 2011, tradução nossa).

No campo econômico e financeiro, o BRICS apoia o G20 na função de “desempenhar um papel maior e pressionar para que as reformas do FMI e do Banco Mundial sejam implementadas”. Embora o BRICS busque o aperfeiçoamento do FMI, o agrupamento está convencido de que “a crise financeira expôs deficiências no sistema monetário internacional”. Por isso, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, apoiaram a criação de uma “cesta de moedas” de reserva internacional mais ampla, a fim de evitar o risco de fuga ou entrada de capitais excessivas nos países em desenvolvimento. Tal fluxo de capital atinge fortemente as economias do Sul, uma vez que a volatilidade excessiva dos preços das *commodities*, em particular dos alimentos e da energia, apresentam novos riscos para a recuperação da economia mundial. Deste modo, a regulação e a cooperação no setor de commodities deve ser

reforçada. A “Nova parceria para o desenvolvimento da África”, o NEPAD, faz parte do plano do BRICS para a cooperação, especialmente com o desenvolvimento da infraestrutura e da industrialização do continente africano (BRICS, THIRD SUMMIT, 2011, tradução nossa).

Na reunião de cúpula de Sanya o BRICS divulgou seu primeiro Plano de Ação. Tal plano estabeleceu as bases para a cooperação intra-BRICS e foi dividido em duas seções: a primeira tratou de reforçar os programas de cooperação já existentes e a segunda apresentou as novas propostas de cooperação, conforme vemos na tabela 1.

Tabela 1. Plano de Ação - Sanya

Plano de Ação Sanya
I. Reforçar os programas de cooperação existentes
1. Realizar o III Encontro de Altos Representantes para questões de segurança no segundo semestre de 2011, na China.
2. Realizar a reunião dos Ministros das Relações Exteriores à margem da Sessão 66ª. Assembleia Geral da ONU.
3. Manter reunião de sherpas / sub-sherpas no devido tempo.
4. Promover reuniões periódicas e informais de representantes de organizações internacionais com sede em Nova York e Genebra.
5. Realizar reuniões Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais no âmbito do G20 e durante as reuniões anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.
6. Realizar o Encontro de Peritos em Agricultura e a Segunda Reunião de Ministros da Agricultura, em 2011, na China, com vistas à cooperação em temas agrícolas, incluindo a criação do Sistema de Informação Agrícola do BRICS e a realização de seminário sobre segurança alimentar.
7. Realizar Encontro dos Chefes de Instituições Nacionais de Estatística em setembro de 2011, na China.
8. Realizar a II Conferência Internacional do BRICS sobre Concorrência em setembro de 2011, na China, e explorar a possibilidade de assinar um acordo de cooperação entre agências de antimonopólio.
9. Continuar a realizar simpósios de <i>think tanks</i> do BRICS.
10. Promover o estabelecimento de contatos entre instituições empresariais e realizar outro Foro Empresarial previamente à próxima Cúpula do BRICS.
11. Fortalecer a cooperação financeira entre os bancos de desenvolvimento do BRICS.
12. Implementar o Protocolo de Intenção entre as Cortes Supremas do BRICS.
13. Lançar a Publicação Conjunta Estatística por países do BRICS.
14. Continuar a realizar o Encontro de Cooperativas.
II. Novas áreas de cooperação
1. Realizar o primeiro encontro de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS em 2011, na China.
2. Realizar reunião de Ministros da Saúde em 2011, na China.
3. Fomentar pesquisas conjuntas sobre questões econômicas e comerciais.
4. Atualizar, quando cabível, o Catálogo Bibliográfico do BRICS.
III. Novas propostas

1. Implementar a cooperação no campo cultural, em consonância com a determinação dos líderes BRICS;
2. Incentivar a cooperação esportiva;
3. Explorar a viabilidade da cooperação no domínio da economia verde;
4. Realizar uma reunião de Altos Funcionários para explorar as possibilidades de promover a cooperação científica, tecnológica e de inovação no âmbito do BRICS, incluindo o estabelecimento de um grupo de trabalho sobre cooperação na indústria farmacêutica;
5. Estabelecer, na UNESCO, o "Grupo BRICS-UNESCO", com vistas a desenvolver estratégias comuns no âmbito do mandato da Organização.

Fonte: brics5.co.za. Elaboração própria

A IV Cúpula do BRICS ocorreu em Nova Deli¹⁹ 2012. Os temas centrais foram a estabilidade e segurança globais, além da prosperidade do agrupamento e o reforço dos temas debatidos em reuniões anteriores, a saber, a reforma das instituições internacionais. Em contraste com a Europa, os países do BRICS se recuperaram (relativamente) rápido da crise, salvo exceção a Rússia. O ambiente de instabilidade causado pela persistência da crise na zona do euro reforça a necessidade de um compromisso do BRICS com a comunidade internacional. A crise na Europa cria um ambiente de incerteza prejudicial a todos. Além disso, “o excesso de liquidez como parte da política monetária norte-americana, atingiu diretamente as economias emergentes, promovendo a volatilidade nos fluxos de capital e nos preços das *commodities*”. Sendo assim, para o BRICS, “é fundamental que as economias centrais adotem políticas macroeconômicas responsáveis, a fim de evitar o excesso de dólares no mercado” (BRICS, FOURTH SUMMIT, 2012, tradução nossa).

Desta forma, para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, “o G20 deve ter a prerrogativa para enfrentar tais problemas, pois como principal foro de debate econômico, o G20 facilitará a cooperação macroeconômica”, de modo a permitir uma recuperação mais estável. Com isso, o BRICS voltou a insistir no ponto central dos debates que sucederam a crise, a saber, a reforma na arquitetura financeira internacional, exortando “a necessidade de uma arquitetura mais representativa, com o aumento na voz dos países em desenvolvimento e com a criação de um sistema monetário justo que sirva aos interesses das economias emergentes e em desenvolvimento”. Para que tal desenvolvimento ocorra, faz-se necessário que os bancos de fomento ao desenvolvimento aumentem seu aporte financeiro. Assim, o BRICS solicitou ao Banco Mundial maior prioridade na mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento, inclusive com a criação de novas linhas de crédito.

¹⁹ Declaração de Deli disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/fourth-summit/>>.

Ainda na direção do desenvolvimento, na Reunião de Cúpula em Nova Deli, o BRICS aventou a possibilidade de criação de um novo banco internacional de desenvolvimento. O objetivo precípua do banco será o de “mobilizar recursos para a infraestrutura, aos moldes do Banco Mundial, com vistas a suplementar os esforços já existentes das instituições multilaterais e regionais para o desenvolvimento global”. Os ministros das finanças foram incumbidos de criar um grupo de trabalho, o qual a partir de um estudo aprofundado analisará a viabilidade de tal iniciativa (BRICS, FOURTH SUMMIT, 2012, tradução nossa).

Os laços comerciais e a intenção de aumentar os fluxos de investimentos dentro do bloco também marcaram a declaração final do terceiro encontro. Os países do agrupamento se comprometeram a trabalhar conjuntamente para intensificar o comércio exterior. Para isso, celebraram as assinaturas dos acordos “Acordo-Quadro para Extensão de Facilitação de Crédito em Moeda Local” e “Acordo para Facilitação de Confirmação de Cartas Multilaterais de Crédito”²⁰. A ideia é que esses acordos facilitem os negócios e sirvam de instrumento para o reforço do comércio intra-BRICS nos próximos anos²¹ (BRICS, FOURTH SUMMIT, 2012, tradução nossa).

Pela primeira vez, o conflito árabe-israelense entrou na pauta das discussões do grupo, reafirmado pelo compromisso do BRICS de alcançar uma solução global para o conflito. Segundo os líderes, “é preciso reestabelecer a confiança mútua e criar condições adequadas para a retomada das negociações, evitando, principalmente, a construção de novos assentamentos em território palestino”. Na esfera da segurança internacional, para o BRICS, a situação na Síria requer cuidados. Em nota, o grupo pediu “o fim imediato de toda violência e violação dos direitos humanos”, incentivando o diálogo em detrimento da força e a soberania e o princípio de não-intervenção em detrimento da ingerência internacional. No que diz respeito à energia nuclear, o BRICS reconheceu o “direito do Irã (e de todos os países) ao uso pacífico de energia nuclear”, em consonância com as suas obrigações internacionais e conforme dispõe as resoluções do Conselho de Segurança (BRICS, FOURTH SUMMIT, 2012, tradução nossa). O potencial econômico da África foi também tratado pelos cinco países do grupo. “O BRICS está empenhado em cooperar para o desenvolvimento africano, através da troca de conhecimento”, isto é, acesso à tecnologia, reforço na capacidade de investimento em capital humano e outras áreas dentro do quadro geral da NEPAD.

²⁰Mais informações sobre os acordos, disponível em: <<http://infosecex.mdic.gov.br/noticia/exibe/id/237/inf/46> e <http://www.info.gov.za/speech/DynamicAction?pageid=461&sid=35318&tid=102965>>.

²¹BRICS Policy Center, Brief sobre os acordos assinados: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/3793/doc/1426185145.pdf>>.

A adição de novas áreas para a cooperação intra-BRICS fica evidente na declaração de Deli. Os líderes solicitaram aos seus ministros que “aumentem os esforços para a cooperação entre os países do BRICS, em especial na contribuição para a segurança alimentar, através da melhoria da produção agrícola”, conforme veremos na tabela abaixo no plano de ação do BRICS, além das novas áreas de cooperação.

Tabela 2. Plano de Ação - Deli

Deli Plano de Ação
I. Reforçar os programas de cooperação existentes
1. Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS à margem da Assembleia Geral da ONU.
2. Reuniões dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais sobre bastidores de reuniões do G20 / outras reuniões multilaterais (BM / FMI).
3. Reunião das autoridades financeiras e fiscais, à margem de reuniões BM / FMI.
4. Reuniões de Ministros do Comércio do BRICS à margem de eventos ou reuniões multilaterais, autônomos, conforme necessário.
5. A Terceira Reunião de Ministros da Agricultura dos BRICS, precedida de uma reunião preparatória de peritos sobre agro-produtos e as questões de segurança alimentar e da Segunda Reunião da Agricultura Grupo de Trabalho de Peritos.
6. Encontro de Altos Representantes do BRICS responsáveis pela segurança nacional.
7. Reunião da Segunda BRICS "Altos Funcionários da S & T.
8. A primeira reunião do Fórum de Urbanização BRICS e a segunda BRICS Amizade Cidades e Governos Locais Fórum de Cooperação em 2012 na Índia.
9. A Segunda Reunião de Ministros da Saúde dos BRICS.
10. Reunião intercalar de Sous-Sherpas e sherpas.
11. Reunião intercalar de CGETI (Grupo de Contato sobre questões econômicas e comerciais).
12. A Terceira Reunião de autoridades de concorrência dos BRICS em 2013.
13. Reunião de peritos sobre um novo Banco de Desenvolvimento.
14. Reunião de autoridades financeiras para acompanhar as conclusões do relatório BRICS.
15. Consultas entre os BRICS Missões Permanentes em Nova York, Viena e Genebra, conforme necessário.
16. Reunião consultiva do BRICS Altos Funcionários sobre as margens de ambiente e clima relevante relacionada fóruns internacionais, conforme necessário.
II. Novas áreas de cooperação
Cooperação energética multilateral no âmbito BRICS.
A avaliação acadêmica em geral e estratégia de futuro a longo prazo para os BRICS.
BRICS Policy Dialogue Juventude.
Cooperação em questões relacionadas com a população.

Fonte: brics5.co.za – Elaboração própria.

A cidade de Durban, na África do Sul, recebeu, em março de 2013, a V Cúpula do BRICS²², intitulada de “BRICS e a África: parceria para o desenvolvimento, integração e industrialização”. O quinto encontro do BRICS encerrou o primeiro ciclo de reuniões. Neste, o BRICS reafirmou o compromisso com a promoção do direito internacional, com o multilateralismo e o papel central das Nações Unidas. As reuniões do BRICS “refletem a crescente solidariedade do agrupamento e o desejo comum de contribuir para a paz e estabilidade internacionais”. Temas como a reforma do sistema financeiro internacional e o sistema monetário com uma cesta de moedas mais amplo, voltaram à baila na reunião. Além disso, o continente africano e a cooperação para o desenvolvimento estiveram no centro das discussões (BRICS, FIFITH SUMMIT, 2013, tradução nossa).

O novo cenário internacional “requer novos modelos de abordagem para o desenvolvimento equânime e inclusivo”. Nesse sentido, o BRICS está disposto a aumentar a cooperação com outros países, em especial, com emergentes e em desenvolvimento. Portanto, a reunião com os países africanos, à margem da Cúpula dos BRICS, “foi oportuna”, uma vez que o agrupamento visa a aprofundar os laços com países africanos. Na mesma reunião, os Ministros das Finanças dos cinco países deram o aval para a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS. O banco desempenhará papel central no financiamento da infraestrutura de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, cujo “Investimento Externo Direto advindo dos países desenvolvidos é insuficiente” (BRICS, FIFITH SUMMIT, 2013, tradução nossa).

Outra “resposta positiva” por parte dos ministros e presidentes dos bancos centrais foi o relatório do grupo de trabalho que analisou a possibilidade da criação de um Arranjo de Reserva de Contingência (CRA) entre os cinco membros. A conclusão é de que “o estabelecimento de um acordo de reserva de contingência terá efeitos positivos” e evitará pressões de liquidez a curto prazo. O aporte inicial é de 100 bilhões de dólares (BRICS, FIFITH SUMMIT, 2013, tradução nossa). Na ocasião foram assinados dois acordos de cooperação. O primeiro diz respeito ao “Acordo Multilateral de Cooperação e Co-financiamento para o Desenvolvimento Sustentável” e o segundo ao “Acordo Multilateral de Infraestrutura de Co-Financiamento para a África”, a fim de financiar o crescimento e desenvolvimento do continente africano.

Não obstante, o BRICS reconheceu o papel central das empresas estatais e também enfatizou as pequenas e médias empresas (PME), afirmando a “necessidade de explorar as

²² Mais informações, disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/fifth-summit/>>.

oportunidades de cooperação no campo das PMEs”. Para isso, os países do BRICS se comprometeram a “promover o diálogo entre os respectivos ministérios e agências responsáveis pelo tema, objetivando a promoção da cooperação para a inovação, pesquisa e desenvolvimento”. Tendo em vista as mudanças e evoluções na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o agrupamento reconheceu o papel central desempenhado pela internet na promoção do desenvolvimento social, cultural e econômico. Nesse sentido, “o BRICS enfatizou o uso das TIC’s por meio de normas universalmente aceitas”, antes mesmo de vir à tona o escândalo da espionagem do governo norte-americano (meados de 2013). Ademais, no plano de ação (abaixo) podemos verificar o que se espera do próximo encontro que será novamente no Brasil em 2014 (BRICS, FIFITH SUMMIT, 2013, tradução nossa).

Tabela 3. Plano de Ação Thekwini

Plano de Ação Thekwini
I. Reforçar os programas de cooperação existentes
1. Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS à margem da Assembleia Geral da ONU.
2. Reunião do BRICS Advisors segurança nacional.
3. Reunião intercalar de sherpas e Sous-sherpas.
4. Reuniões dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais dos margem das reuniões do G20, reuniões BM / FMI, bem como reuniões autônomas, como requerido.
5. Reuniões de Ministros do Comércio do BRICS à margem de eventos ou reuniões multilaterais, autônomos, conforme necessário.
6. Reunião de Ministros da Agricultura dos BRICS e do Desenvolvimento Agrário, precedida de uma reunião preparatória de peritos sobre agro-produtos e as questões de segurança alimentar e da Reunião da Agricultura Grupo de Trabalho de Peritos.
7. Reunião de Ministros da Saúde dos BRICS e reuniões preparatórias.
8. Reunião do BRICS Funcionários responsáveis pela população às margens de eventos multilaterais pertinentes.
9. Reunião de Ministros do BRICS de Ciência e Tecnologia e reunião do BRICS Altos Funcionários sobre Ciência e Tecnologia.
10. Reunião do BRICS Cooperativas.
11. Reuniões de autoridades financeiras e fiscais à margem das reuniões do BM / FMI.
12. As reuniões do Grupo de Contato BRICS sobre questões econômicas e comerciais (CGETI).
13. Reunião dos BRICS Amizade Cidades e Governos Locais Fórum de Cooperação.
14. Reunião do Fórum Urbanização BRICS.
15. Reunião de autoridades de concorrência dos BRICS em 2013, em Nova Delhi.
16. 5 ^a Reunião do BRICS Chefes de Instituições Nacionais de Estatística.
17. Consultas entre os BRICS Missões Permanentes e / ou embaixadas, conforme o caso, em Nova York, Viena, Roma, Paris, Washington, Nairóbi e Genebra, onde apropriado.

18. Reunião consultiva do BRICS Altos nas margens de relevante desenvolvimento sustentável, meio ambiente e clima relacionado fóruns internacionais, quando apropriado.
II. Novas áreas de cooperação
BRICS Fórum de Diplomacia Pública.
BRICS Cooperação Anticorrupção.
Estado BRICS Propriedade Empresas / Empresas Estatais.
Agências Nacionais responsáveis pelo controle de drogas.
BRICS secretaria virtual.
BRICS Policy Dialogue Juventude.
Turismo.
Energia.
Esporte e Mega Eventos Esportivos.

Fonte: brics.co.za. Elaboração própria

No capítulo seguinte vamos demonstrar como as reuniões de cúpulas e declarações conjuntas reverberaram na comunidade internacional e como os estudiosos tem percebido o papel desempenhado pelo BRICS na ordem internacional.

4. BRICS EM DEBATE

Nos últimos anos, especialmente depois da crise de 2008, o debate sobre o papel do BRICS na ordem mundial ganhou destaque. O objetivo desta seção é apresentar e organizar o atual debate público sobre o BRICS, classificando as análises dos autores sobre as implicações da aliança frente à ordem internacional. Classificaremos as análises de diversos autores como otimistas, pessimistas ou céticas. Definimos otimistas as análises que vislumbram a possibilidade de o BRICS alterar de maneira significativa a ordem internacional contemporânea, seja de maneira reformista ou revisionista. As análises pessimistas, em oposição, não veem no BRICS capacidade de mudança na ordem internacional. Por fim, as análises céticas ressaltam as ambiguidades do grupo e seu potencial indefinido. Ressaltamos que as análises selecionadas se referem ao papel do BRICS como grupo e não ao papel individual de cada um dos BRICS, daí nossa preferência pelo uso do nome no singular “o BRICS” ao invés de “os BRICS”.

4.1. Otimistas

Lima e Castelan (2012) apresentam duas narrativas que há acerca do BRICS. A primeira enfatiza a redistribuição de poder do Ocidente em favor dos emergentes, causando “grandes desestabilidades no sistema internacional, uma vez que essa narrativa vê no BRICS um agrupamento revisionista, *anti-status quo* e, portanto, *anti-ordem liberal*” (LIMA e CASTELAN, 2012, p.176). A segunda narrativa é oposta, parte da interdependência econômica para “ênfatar a necessidade de maior cooperação no plano multilateral”, atraindo, assim, os emergentes, já que, por vezes, “estes teriam muito mais a ganhar na ordem liberal baseada em regras”. Nessa narrativa, “os emergentes não buscam a mudança da ordem institucional existente, mas a sua reforma de modo a ganhar mais autoridade e *status* nela” (LIMA e CASTELAN, 2012, p.177). Diante desses caminhos alternativos, estes autores argumentam que o fato de os países do BRICS criticarem “a hegemonia das normas

econômicas liberais, enfatizando a coordenação financeira, a proteção econômica, a primazia do desenvolvimento e da inclusão social”, qualifica o grupo como um bloco revisionista:

“o BRICS é revisionista da ordem liberal atual”, [...] “demandam segurança econômica e proteção social na vigência da globalização do capitalismo”, [além de buscarem] “mudança nas normas e regras vigentes no sistema internacional que sejam internacionais mais permeáveis aos interesses dos países em desenvolvimento”, desconcentrando o polo de poder (LIMA e CASTELAN, 2012, p. 177-178, grifo nosso).

Para Cervo (2012), o BRICS já representa o interesse dos países em desenvolvimento, citados no parágrafo acima. Nesse sentido, o agrupamento tem três grandes objetivos:

“estabelecer nova estratégia internacional de segurança, promover regras de comércio e finanças que se voltem para a superação da desigualdade entre as nações e, enfim, a requisição de maior poder nas instâncias financeiras globais no intuito de tornar efetivas ambas as estratégias” (CERVO, 2012, p. 38).

No que tange a “requisição de maior poder nas instâncias financeiras globais”, o autor aponta para o primeiro resultado perceptivo, creditado ao grupo, a dizer, “a redistribuição de poder em órgãos da governança financeira internacional”. Aqui, o autor se refere à reforma das cotas do FMI²³ (CERVO, 2012, p. 47). Ainda em relação à promoção dos interesses dos emergentes, Cervo afirma que:

“assim como o grupo supõe representar os interesses dos países em desenvolvimento em seu intento de promover a inclusão social internamente, na esfera internacional a ordem deve ser posta a serviço da promoção da igualdade entre as nações. Não se trata de ideologia, retórica ou utopia, mas de mecanismos concretos que afastem a figura daqueles que chutaram a escada após alcançar o topo do bem estar interno e internacional no sistema de economia de mercado” (CERVO, 2012, p. 50-51).

Para Baumann (2012), a recessão econômica mundial a partir de 2008 abriu espaço para o crescimento da importância dada ao BRICS. Existia à época uma necessidade efetiva da contribuição do BRICS no sentido de alavancar o crescimento econômico global. Em vista disso, ainda que haja alguns temas sensíveis para a consolidação da coalizão, “os cinco países

²³ Mais informações sobre a reforma do FMI, disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2009/NEW032409A.htm>>

tendem a compartilhar causas comuns quando o assunto é a necessidade de converter um poder econômico crescente”, [este mesmo que estimulou a criação do agrupamento], “em capacidade política de influenciar as decisões naqueles temas que têm implicações globais” (BAUMANN, 2012, p. 206). No intuito de participar na governança global, a tendência é que o BRICS busque reformar o atual sistema de cooperação multilateral, instado, pela contingência ou não, a representar os países emergentes nas arenas de decisão política internacional, especialmente quando a agenda tratar de temas globais. A análise de Baumann (2012) se enquadra, portanto, na perspectiva do BRICS como coalizão reformista da ordem internacional.

Para Laidi (2011), a alteração da agenda e a “maior exigência coletiva” na tomada de decisão em áreas sensíveis como, por exemplo, a reforma do FMI e do CSNU, modifica o equilíbrio de poder em favor do BRICS, tornando o grupo capaz de “afetar estruturalmente o sistema global”. No entanto, não obstante a “capacidade de moldar a identidade de um grupo, propondo uma narrativa diferente da ocidental”, o autor acredita que o BRICS não procura estabelecer uma coalizão anti-ocidental ou radicalmente diferente do que temos na atual ordem mundial: “eles estão mais preocupados com a manutenção da sua soberania e autonomia nacional em um mundo cada vez mais econômico e socialmente interdependente” (LAIDI, 2011, p.1, tradução nossa). Assim, Laidi (2011) também situa o BRICS no campo reformista.

Na mesma direção, Niu (2012, p. 1-6, tradução e grifo nossos) afirma que o papel do BRICS é de “construir uma ordem mais justa através da reforma financeira e de outras instituições internacionais, em particular, o CSNU”, uma vez que o agrupamento é “capaz de prover bens públicos globais” como, por exemplo, a segurança internacional, exemplificada nas ações humanitárias nas quais países do BRICS participam. Portanto, para o autor, “o BRICS não pode ser visto como um bloco revisionista, ou um contrapeso ao Ocidente”, mas sim uma coalizão que procura maior interação e benefícios da ordem mundial vigente.

Para Ouro-Preto (2012, p. 73), em um mundo cuja distribuição de poder ainda reflete a realidade do pós-SGM, “os BRICS constituem um conjunto que precisa ser examinado com redobrada atenção, ainda que não expresse uma aliança ou uma união estreita de Estados ou pretenda apresentar fórmulas precisas de reordenamento mundial”. Assim, apesar das divergências em temas como o comércio internacional, questões de política monetária e em política cambial (sobretudo pelo impacto das exportações chinesas nos demais países do BRICS) “tais diferenças não impedirão que o grupo se consolide”. Tampouco, “o BRICS apresentará um projeto global de reorganização econômica e política do mundo”, mas se

limitará a defender “políticas de reforma das instituições existentes que incluam ou englobem os seus interesses”, demonstrando o caráter mais conservador do grupo que o afasta de atitudes com viés revisionista (OURO-PRETO, 2012, p. 78, grifo nosso).

A persistência do modelo institucional global do pós-SGM também é assinalada por Pfeifer (2012), tanto no campo da segurança internacional (CSNU) como nas instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial). Pfeifer (2012, p. 81) afirma que “o BRICS não parece estar disposto a uma revisão e sim uma repetição da lógica do passado, buscando um assento permanente no CSNU”. O mesmo pode ser aplicado ao FMI e Banco Mundial. A reforma dessas instituições representa a manutenção e acomodação das potências emergentes, sem alterá-las substancialmente. Entretanto, Pfeifer também afirma que o BRICS deverá “construir uma arquitetura nova e própria”, o que sugere outro padrão de mudança na ordem internacional: o de criação de instituições internacionais novas às margens e nos interstícios das instituições hegemônicas, ainda que sem substituí-las (PFEIFER, 2012, p. 84).

Desmantelar a atual ordem mundial amplamente “institucionalizada, consensual e fundamentada em regras” é uma missão extremamente difícil para as novas potências. Desse modo, “é mais fácil” entrar, ou melhor, fazer parte do clube, “pois algumas medidas protetoras lhes são oferecidas (por exemplo, as normas anti-discriminatórias da Organização Mundial do Comércio – OMC), além da possibilidade de ascensão hierárquica nas instituições internacionais” (FLEMES, 2010, p. 145). Tal ideia vai ao encontro do argumento de Ikenberry, sobre a relação do líder hegemônico com as potências emergentes. Para Flemes, os países do BRIC “já demonstraram capacidade para alcançar os seus objetivos” dentro da ordem internacional. Nesse sentido, um colapso do atual sistema “traria ganhos, por vezes, muito limitados” (FLEMES, 2010, p. 146). Para o autor, as estratégias internacionais mais promissoras dizem respeito à utilização de balanceamento brando (*soft balancing*²⁴, sigla em inglês), através da formação de coalizões que visam a “restringir o poder das grandes potências estabelecidas”. Para o autor, o BRIC procura reorganizar a hierarquia internacional das organizações internacionais, no intuito de restringir o poder das grandes potências estabelecidas (FLEMES, 2010, p. 146-152).

²⁴ Balanceamento brando é uma estratégia viável para potências de segundo escalão. Balanceamento brando visa a resolver os problemas de coordenação que encontram entraves com a política unilateral e expansionista de uma superpotência. Enquanto o líder unipolar não se tornou hegemônico, potências menores podem se unir para conter a predominância militar da superpotência, através da criação de uma coalizão capaz de equilibrar a balança de poder. (PAPER, 2005, p.15, tradução nossa). Texto na íntegra disponível em: <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/1019-is-30-1_final_02-pape.pdf>.

Barbosa (2013, p. 349) procura “evitar a especulação acadêmica”, focando sua análise em alternativas para a definição concreta do BRICS e como este deve funcionar. O autor procura uma análise mais instrumental da coalizão, destinada aos *policy-makers* e diplomatas brasileiros, justificando a “definição concreta” do agrupamento. O autor destaca a governança financeira global afirmando que “há certo *gap* entre o poder econômico dos países BRICS e o poder político”. Nesse sentido:

“a institucionalização do grupo, deveria atuar no sentido de gradualmente construir uma crescente agenda comum, tanto na área econômica, quanto na área política, que viesse a caracterizar a ação dos BRICS e fosse percebida pela comunidade internacional como uma vontade comum de fazer valer seu peso no cenário global” (BARBOSA, 2013, p. 354).

Tal peso já se “reflete na discussão da nova ordem econômica global no âmbito do G20” com a participação efetiva do BRICS. Portanto, “seria importante avançar em outras áreas em que o grupo aparecesse com seu peso e sua voz para que fique demonstrada sua efetividade” (BARBOSA, 2013, p. 357). Nota-se, assim, determinado otimismo reformista da ordem, traduzida na participação do BRICS no grupo das vinte maiores economias do mundo, o G20.

Na esteira do declínio relativo do poder econômico dos Estados Unidos, Garcia (2012, p. 142) aponta para a opção do BRICS por não “virar a mesa” do seletivo grupo de países poderosos, mas sim “sentar-se à mesa” junto a ele. Para a autora, o BRICS deseja ascender nas instituições pós-SGM “sem almejar construir novas estruturas que possam ser efetivamente mais igualitárias”. Nesse sentido, Garcia (2012) evidencia a noção de Ikenberry no que concerne “a flexibilidade e a capacidade das instituições construídas sob a hegemonia estadunidense de absorver as demandas dos países que pretendem nelas ter maior participação e voz ativa” (GARCIA, 2012, p. 142). Em oposição, a autora observa a aplicação do *soft balancing* como instrumento do BRICS. Para Garcia, “os países emergentes (incluindo o Brasil) encontram formas de aumentar os custos e dificultar o exercício de poder unilateral dos EUA, sem fazer uso de poder militar”. A não utilização do poder militar, apontado pela autora, se justifica na atual realidade. Conforme Garcia:

“a atual ordem mundial desafia, por exemplo, o preceito da recorrência de guerras sistêmicas (inter-imperialistas, hegemônicas) para uma alteração do centro global de

poder, podendo, assim, desafiar a noção da necessidade de um Estado ser uma potência militar para se tornar uma potência mundial” (GARCIA, 2012, p. 234).

Deste modo, não há tendência nos países BRICS de uma corrida militar revisionista, por isso, o enfrentamento direto é pouco provável. A coalizão, segundo a autora, procura

“conjunturalmente, ascender “dentro da ordem”, buscando um "balanceamento brando" por meio de maior participação nas instituições financeiras internacionais e fóruns multilaterais de decisão global, sem alterar substancialmente as regras e normas existentes. Com isso, não consideramos que a ascensão dos países BRICS configure uma tentativa de construção "contra hegemônica" ou ‘anti-imperialista’” (GARCIA, 2012, p. 235).

Isso posto, a acomodação do BRICS na atual ordem, sem grandes rupturas, requer substanciais reformas nas instituições internacionais, cuja configuração não reflete a atual distribuição da riqueza e poder (GARCIA, 2012 e 2013).

Nogueira (2012, p. 290) classifica o BRICS como “um conjunto um tanto quanto conservador, cujo objetivo principal é redistribuir os benefícios do capitalismo global sem perturbar os fundamentos de um sistema que possibilitou sua emergência como potências regional ou mundial”. Nesse aspecto, a reforma das principais instituições internacionais estabeleceria não só maior legitimidade e maior alcance do multilateralismo, mas serviria, também, como “catalizadoras e neutralizadora de coalizões revisionistas” (NOGUEIRA, 2012, p. 285). À vista disso, os países do BRICS “seriam potências emergentes que fariam parte das decisões mundiais, buscando reconhecimento pelos demais países” e evitando reproduzir a lógica de concentração de poder e a desconstrução da atual ordem. Para Nogueira, “deve-se ressaltar o pluralismo em detrimento do reformismo liberal e do revisionismo neoconservador, reduzindo, pois, a concentração de poder no sistema” (NOGUEIRA, 2012, p. 290).

Para Nieto (2012, p. 173-174), “o advento de um novo grupo de economias emergentes agrupadas no BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) provocou uma mudança no cenário internacional, não só no âmbito diplomático, mas também na estrutura econômica, política e cultural do mundo inteiro”. Conforme o autor, a última década está sendo acompanhada por uma mudança no sistema internacional. Há um novo contexto em que “novos protagonistas vão surgindo para assumir um papel importante em política externa e no sistema político global”. A nova conformação da ordem mundial se dá principalmente pela

dificuldade que os países ocidentais e industrializados estão passando. Nesse sentido, (Nieto, 2012, p. 176-177) estamos verificando a transferência da geração de emprego do Norte para o Sul, em particular, para os países do BRIC. Desse modo, “o que estamos presenciando hoje é uma reconfiguração histórica fundamental”. Um “rebalanceamento”, o retorno a certo equilíbrio entre Ocidente e Oriente. “Para os países asiáticos, essa é uma grande notícia, pois tiveram de suportar séculos de estagnação”. O otimismo reformista se traduz no presente papel do BRIC no G20, segundo o autor:

“A projeção de poder do BRIC, o desempenho econômico dos países do BRIC se traduz em diferentes tipos de influência, tais como a organização de encontros anuais, a discussão das principais questões da agenda internacional, a reforma do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e o exercício de um papel ativo no G20– para não falar da nova projeção do BRIC em termos de poder brando” (NIETO, 2012, p. 178).

Os sinais de uma distribuição de poder econômico em direção aos países em desenvolvimento ou ao Sul Global são elementos comuns na argumentação dos autores que enxergam o BRICS como motor de mudanças na ordem mundial, especialmente desempenhando a função de reformista do atual sistema. Nestas análises, a transição ou perda de poder relativo por parte dos Estados Unidos abre possibilidades de mudanças no cenário internacional. O grupo de análises otimistas vê a crise de 2008 como um ponto de inflexão na política internacional e, sobretudo, consideram este momento de incertezas uma oportunidade histórica para a coalizão lograr sucesso. Sem embargo, estes mesmos autores concordam que o sucesso do BRICS dependerá, sobremaneira, da vontade e do esforço político empregado pelos atores envolvidos, na busca de aumentar seu grau de coesão interna e identificar seus objetivos comuns (BAUMANN; LIMA e CASTELAN; OURO-PRETO; PFEIFER, 2012; LAIDI, 2011).

4.2. Pessimistas

O sociólogo germano-estadunidense Etzioni (2012) questiona a validade do poder das potências emergentes, afirmando que “atribuir poder aos países em desenvolvimento é juntar duas variáveis distintas”, isto é, economia e política:

"é verdade, claro, que um país do tamanho da China certamente pode empregar uma força militar muito maior ou aplicar mais pressão econômica do que, digamos, Timor Leste ou Luxemburgo. Entretanto, o poder político não segue automaticamente o tamanho geográfico ou econômico dos Estados" (ETZIONI, 2012, não paginado, tradução nossa).

São muitos os exemplos de sucesso econômico que não foram transferidos para o campo político. O Japão é um caso emblemático. Na década de 1980 era visto como um possível desafiador da hegemonia norte-americana (SHARMA, 2012). Na década seguinte o PIB japonês praticamente estagnou. O mesmo se aplicaria aos países pertencentes ao BRICS que, "apesar de gozarem de sucesso econômico, não traduzem tal sucesso para o campo do poder" nas relações internacionais (ETZIONI, 2012, não paginado). A "falta de sucesso dos países do BRICS" como *global players* é identificada pelo autor já nas esferas de influência regional do Brasil e da Índia. Para Etzioni (2012), os cinco membros do BRICS "têm graves problemas para se consolidarem como líderes regionais e quando buscam desempenhar um papel fora da região de conforto, acabam prejudicando a ordem internacional". O autor usa o caso do Irã (tentativa da Turquia e do Brasil de forjar um acordo nuclear) para ilustrar a "falta de habilidade dos países emergentes em lidar com questões globais". Deste modo, o autor conclui que "apesar da queda no poder dos Estados Unidos, [...] não serão essas potências supracitadas, pelo menos, que exercerão a função de liderança mundial" (ETZIONI, 2012, não paginado, tradução nossa).

Também enfatizando a falta de legitimidade na liderança regional, Burges (2011), aponta para a falta de coordenação política como um dos principais obstáculos do BRIC. Segundo o autor, o apetite em liderar a reforma do CSNU, por exemplo, tenderá a encontrar fortes entraves no âmbito regional. Tomando como exemplos Brasil e Índia o autor argumenta que:

"No caso da Índia, a situação é complicada por tensões contínuas com o Paquistão que causam uma sensação em todo o resto da região que Deli não pode ser visto como um Estado altruísta. O lugar do Brasil como líder regional natural é amplamente rejeitado por seus vizinhos Sul-americanos e categoricamente descartado pelo México. Mais ao ponto, o Brasil ainda tem que demonstrar vontade de fornecer os bens fungíveis que trariam aceitação dele como uma voz global para a América do Sul e a liderança regional" (BURGES, S. 2011, p. não paginado, tradução nossa).

Além disso, Burges assevera que há problemas de coordenação no agrupamento, uma vez que “além de o BRIC estar firmemente focado em uma abordagem de curto prazo para alcançar seus interesses”, ainda “não há uma visão partilhada de quais são seus interesses” e, por isso, “o uso do agrupamento serve mais como uma distração da atenção de suas prerrogativas individuais”. Por fim, “o BRIC revela-se mais como um obstáculo do que como alicerces necessários para revigorar a ONU ou remodelar o sistema internacional” (BURGES, S. 2011, p. não paginado).

Para Ikenberry (2011a, p. 56), o poder mundial está se deslocando para países não ocidentais, todavia, “não é sabido que tipo ordem política global surgirá”. No entanto, Ikenberry se mantém pessimista em relação à mudança da atual ordem. Pensando do ponto de vista dos *policy-makers* norte-americanos, Ikenberry argumenta que “a segurança econômica e a cooperação multilateral dependerá mais de como os norte-americanos acomodarão as novas potências”. Assim:

“os Estados Unidos devem redobrar os seus esforços para integrar os países em desenvolvimento na governança global, reformando as instituições internacionais sempre que necessário” [como, por exemplo, o CSNU]. “Trazendo países emergentes para a governança da ordem internacional liberal”, [dará a esta] “novo fôlego” (Ikenberry, 2011a, p. 59, tradução nossa).

Apesar de o autor concordar que “Estados Unidos e União Europeia devem encontrar espaços na mesa de negociação não só para a China, mas também para países como o Brasil, Índia e África do Sul – BRICS” (Ikenberry, 2011a, p. 59-64), em entrevista para o programa “Ponto de Vista” da TV Câmara, Ikenberry (2011b), afirmou não acreditar no BRICS como um bloco que desafia o sistema liderado pelos Estados Unidos há 60 anos, classificando o grupo como coalizão artificial: “é uma categoria de países em ascensão, não uma coalizão política no sentido real”.

Senne (2012) enfatiza ainda mais os desafios da atual ordem hegemônica norte-americana, apontando para mudanças, especialmente pós-crise de 2008, mas que tais mudanças ainda não caracterizam o mundo como multipolar, conforme alguns autores apregoam. O surgimento de novas potências assevera a necessidade de acomodá-los no sistema, para o autor, “a emergência internacional de novos atores econômicos com crescente capacidade de tencionar, influenciar e vetar os debates políticos internacionais [...] deve aprofundar a tendência de enfraquecimento dos regimes e instituições internacionais

construídos nos últimos 50 anos pelas potências ocidentais” (SENNE, 2012, p. 222). Porém, o autor destaca que “a baixa motivação política e falta de uma agenda concreta” dificulta a tentativa do BRICS de ocupar lugar e construir novos regimes internacionais. O autor destaca a atuação conservadora, tanto individualmente (cada país), quanto coletivamente, na ordem mundial: “o comportamento e as declarações dos países que compõem o BRICS indicam que esses países defendem posturas bastante conservadora em relação à ordem global” [...]; “o BRICS não apresentou até o momento uma nova agenda” [revisionista] e “nem mesmo uma agenda reformista da ordem global”. Para Senne,

“[...] é pouco provável que esse grupo de países evolua no sentido de vir a se tornar uma aliança política ou uma organização internacional, [...] faltam motivações políticas e uma agenda concreta para que tal agrupamento se consolide como ator relevante” (SENNE, 2012, p. 227).

Para Nye (2013), a falta de unidade intra-BRICS, sublinhada pela forte competição em suas esferas regionais, é um dos fatores que dificulta a coordenação política do agrupamento. O autor reconhece os avanços obtidos pelo grupo, especialmente no que diz respeito à criação do banco de desenvolvimento na reunião de cúpula de Durban. No entanto, as diferenças econômicas, de regimes políticos e a assimetria de poder entre os países do bloco são apontados por Nye como razões para que o BRICS não cause mudanças significativas na atual ordem mundial. Para ele (2013, não paginado), “não é provável que o BRICS se transforme em uma organização política séria, composta por países de ideias semelhantes”. Tal análise se enquadra na perspectiva pessimista do agrupamento em relação à ordem internacional liderada pelos Estados Unidos.

Para Rodrik (2013, não paginado), as grandes questões da atualidade ainda carecem de soluções inovadoras por parte dos países emergentes: o mundo “não precisa de outro banco de desenvolvimento, mas sim de uma liderança notável do BRICS” (tradução nossa). O economista lamenta o fato de o BRICS “optar por uma via de crescimento semelhante à do Ocidente”. Para o autor, a primeira grande colaboração do BRICS, a criação de um banco de desenvolvimento, “foi decepcionante”. “Esta abordagem representa uma visão do desenvolvimento econômico, da década de 1950”. Ao longo das últimas décadas, tanto os Estados Unidos, liderando a ordem global baseada em regras e na doutrina do multilateralismo, quanto a Europa, apresentando ao mundo a engenharia institucional da União Europeia, fizeram contribuições mais inovadoras à atual ordem mundial. Para Rodrik

(2013), as potências emergentes, precisam desenvolver “a visão de uma nova economia mundial, para além das queixas sobre a sua estrutura de poder assimétrico”, tirando proveito das experiências intra-BRICS para criarem uma nova narrativa mundial, enfatizando “a economia real acima das finanças, a diversidade política acima da harmonização, o espaço da política nacional acima das restrições externas e a inclusão social acima do elitismo tecnocrático”. Todavia, o autor acredita que, até o momento, os interesses imediatos e os regimes autoritários no seio de alguns dos principais Estados do BRICS “são incompatíveis com a liderança mundial”.

Outro aspecto levantado pelos estudiosos do BRICS, em particular, e dos emergentes, de forma geral, é o conceito de “parte interessada” (*stakeholders*, termo em inglês). Stewart (2010, p. 120) alega que, na administração do governo Obama, o conceito de “parte interessada” foi adaptado a outros países emergentes, diferentemente da administração Bush, que vinculava o conceito à China. Sendo assim, os desafios globais implicam, além da participação e resolução multilateral, uma maior responsabilidade individual. O intuito é “aumentar a legalidade do sistema existente e impedir que as normas liberais entrem em declínio”. Além disso, para o autor, “as potências em ascensão são frequentemente inclinadas a apreciar os privilégios do poder sem cumprir suas obrigações”. Portanto, integrar tais Estados se torna questão mister para a manutenção da ordem vigente. Nesse contexto, a ascensão do BRICS “está muito mais ligada à obtenção de maior peso na administração global”, do que “a mudança de tal ordem”, para o autor, os países do BRICS “querem uma participação maior, por exemplo, no FMI” sem, necessariamente, reformá-los, cabendo aos Estados Unidos o papel de acomodá-los no sistema internacional (STEWART, 2010, p. 120-130, tradução e grifo nossos).

Ao grupo de autores pessimistas, junta-se Immanuel Wallerstein. Em recente artigo (Wallerstein, 2013), o sociólogo norte-americano considera o BRICS “parte do novo quadro geopolítico multipolar no contexto pós-declínio hegemônico do poder e da autoridade dos Estados Unidos”. Contudo, o autor busca compreender as atitudes do BRICS e suas relações com outros Estados, encaixando-os em dois quadros conceituais: o de subimperialistas e de anti-imperialistas. De um lado, os BRICS podem ser enquadrados como anti-imperialistas, pois o esforço de forjar novas estruturas no cenário internacional, “substituindo o FMI por uma estrutura interbancária do BRICS”, transferindo o poder do Norte para o Sul, qualifica-os como tal. De outro lado, se nos detivermos e verificarmos as relações “intra-BRICS e entre o BRICS e os demais países em desenvolvimento”, notaremos uma relação parecida com aquela entre os países do Norte com os do Sul. Para Wallerstein (2013, p. não paginado), nota-se

“crescentes queixas em relação à forma como estes países se relacionam com seus vizinhos, reproduzindo as relações dos Estados Unidos com países do Sul Global, sendo acusados, por vezes, de subimperialistas”. No que diz respeito à aspiração da coalizão, Wallerstein reconhece que “a depressão estrutural pela qual passa o sistema-mundo e a baixa probabilidade de haver uma recuperação econômica, tornam a análise do Goldman Sachs, em relação ao BRICS, bastante duvidosa”. A incerteza em relação aos desdobramentos da crise de 2008 dificulta projeções. Assim, a falta de estabilidade não permite que os BRICS “continuem a desempenhar um papel especial, tanto geopolítica quanto economicamente. Tal como o próprio conceito de globalização, o BRICS pode se revelar um fenômeno passageiro” (WALLERSTEIN, 2013, p. não paginado).

Cozendey (2013, p. 168) destaca as características heterogêneas do BRICS para afirmar que não se pode esperar uma atuação coesa convergindo em torno de interesses comuns. Para o autor, a conformação do grupo “nasce, como o próprio impacto do acrônimo, da percepção de que há um elemento comum entre esses países derivado do lugar peculiar que ocupam na ordem internacional contemporânea”. Todavia, “não se pode esperar do BRICS um corpo doutrinário coerente sobre como deve ser a ordem econômica internacional, ou uma atuação coesa em amplo espectro temático ou muito menos que se expressem coletivamente por meio de porta-vozes”. A percepção de que ocupam lugar comum na ordem internacional diz respeito principalmente à ordem financeira. Nesse sentido, o foro mais apropriado para o debate sobre a governança global financeira é o G20: “o G20 aparece aos BRICS como campo natural de exercício de interesses comuns, notadamente em toda a agenda de reforma da governança global” (COZENDEY, 2013, p. 169). Sendo assim, a análise do autor se enquadra no grupo de análises pessimistas.

Para Fiori (2013, não paginado), a aliança estratégica BRICS é um fato novo e pode vir a se tornar “a base material de algumas parcerias setoriais, e localizadas, entre todos ou alguns deles” Entretanto, as diferenças geopolítica, econômica e de inserção internacional tornam o agrupamento “insuficiente” como tal. Para o autor, as fraturas regionais, ou seja, as disputas territoriais, especialmente entre China e Índia, dificultarão a coesão do BRICS. Nas próximas décadas, problemas internos tomarão conta da agenda dos membros do grupo, segundo o autor:

“A Rússia tenta reverter suas perdas sofridas depois do fim da Guerra Fria, e se proponha um imediato retorno ao núcleo central das grandes potências, deixando de ser ‘potencia emergente’. Enquanto a China tende a se afastar de qualquer aliança

que restrinja sua ação no tabuleiro internacional, já na condição de quem participa diretamente da gestão econômica do poder mundial. Por sua vez, a Índia não tem nenhuma perspectiva nem projeto expansivo global e deve se dedicar cada vez mais ao seu ‘entorno estratégico’, onde a expansão da China aparece como sua principal ameaça regional” (FIORI, 2013, não paginado).

Sendo assim, o agrupamento perderá força e as potências emergentes seguirão caminhos, quiçá, opostos. Fiori conclui que, “o mais provável é que este grupo perca coesão e eficácia, na medida em que o século XXI for avançando, e que cada um destes cinco países seja obrigado a tomar o seu próprio caminho, mesmo na contramão dos demais, na luta pelo poder e pela riqueza mundial” (FIORI, 2013, não paginado, grifo nosso). Nesse sentido, podemos inferir que esta análise do autor se encaixa no grupo pessimista quanto o papel do BRICS na ordem internacional, uma vez que o autor sublinha as rivalidades e os interesses individuais em detrimento dos pontos em comum do grupo.

O pessimismo em relação ao papel do BRICS na ordem mundial está ligado, principalmente, a três grandes ideias. A primeira, diz respeito à ausência de liderança regional (falta de legitimidade diante dos seus vizinhos), exacerbada por rivalidades regionais em áreas fronteiriças dos países dos BRICS. Os autores que seguem essa linha de pensamento acreditam que para desempenhar um papel de *global player*, faz-se necessário, a priori, exercer o poder de Estado líder na sua região de influência, fato que ainda não se consumou para Brasil e Índia, por exemplo. A falta de liderança regional dificulta a reforma de alguma das principais instituições internacionais, entre elas, o CSNU (ETZIONI, 2012; BURGESS, 2011). A segunda, diz respeito à assimetria de poder. A assimetria de poder intra-BRICS dificulta o consenso em torno de temas mais sensíveis. O exemplo mais emblemático diz respeito novamente à reforma do Conselho de Segurança: Índia, Brasil e África do Sul buscam assento permanente no Conselho, todavia, Rússia e China não parecem estar dispostas a diluírem o poder do P5²⁵. Assim, a assimetria de poder entre os membros do BRICS obstaculiza o avanço das reformas (SENNE, 2012; NYE, 2013). Por fim, a repetição da lógica de crescimento econômico e a reprodução das relações interestatais emuladas do ocidente, tornam o BRICS mais do mesmo. A falta de novidade no engajamento político suscita certo pessimismo em relação ao agrupamento (RODRIK, 2013; WALLERSTEIN, 2013).

4.3. Céticos

²⁵ P5 são os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança com poder de veto.

Vizentini (2012, p. 187) considera que há um “falso debate sobre o BRICS”. De um lado há uma espécie de “panaceia no tocante à alteração do equilíbrio de forças mundial”, e de outro, argumenta-se “que o grupo não possui coerência e tem debilidades estruturais, não podendo desafiar os antigos poderes globais”. No entanto, deve-se “refletir melhor quando se apontam as incapacidades das nações integrantes dos BRICS”. Isso porque, a falta de credenciais necessárias para aspirar à condição de líderes globais, apontada pelos críticos da coalizão, é bem próxima àquela vivida pela Inglaterra no início do século XIX e pelos Estados Unidos no início do século XX. “Quando a Inglaterra e, mais de um século depois, os EUA, tornaram-se lideranças mundiais, viviam situações internas caracterizadas por grandes dificuldades sociais e desequilíbrios internos” (VIZENTINI, 2012, p. 201). Não obstante as diferenças estruturais sublinhadas, o agrupamento “se encontra em uma situação semelhante no plano internacional, a qual propicia a articulação de posições e ações comuns”. No que diz respeito à ordem mundial, por se tratar de um arranjo político reativo, o BRICS continuarão a “evitar confronto e mudanças bruscas na economia e na ordem mundial, às quais procuram se integrar” (VIZENTINI, 2012, p. 201).

Para NAAZNEEN, et al. (2013), o aprofundamento das relações Sul-Sul se deu a partir da busca, por parte dos emergentes, de alternativas ao *mainstream* liberal (não paginado). Tal fato ficou ainda mais evidente com o nascimento do BRICS que, desde a reunião de cúpula de Nova Deli (2012), busca alternativas ao dólar e às instituições de Bretton Woods (criação do banco de desenvolvimento). No entanto, nem sempre as potências emergentes seguem uma linha política plenamente coerente. Segundo os autores, os países emergentes “procuram vários objetivos e estratégias eficazes contra a ideia de uma ordem liberal mundial” (tradução nossa). Em alguns momentos “buscam, simplesmente, se opor a liberdade de ação” da superpotência hegemônica. A Rússia é um bom exemplo disso. Em outros momentos, “desejam romper com as instituições de governança global para que possam, finalmente, configurá-las a seus próprios interesses” (NAAZNEEN, et al., 2013, p. não paginado). Podemos, assim, inferir que as posições dúbias tendem a ser contraproducentes e podem conduzir a coalizão a lugar nenhum.

Na análise de Ramalho (2012), o foco é no interesse político de acentuar as posições comuns dos países BRICS, menos por posições “que são fundamentalmente influenciadas pelos interesses circunstanciais de cada um dos países”, e mais “em torno de um conjunto de valores que sirva de base à reestruturação da ordem internacional contemporânea”. Nesse sentido, a “reestruturação da ordem internacional contemporânea” está para além de reformas

cosméticas, projetando uma “ordem internacional que se fundamentasse em processos mais conducentes ao atendimento às ambições de longo prazo desses países” (RAMALHO, 2012). Conforme o autor, a posição do BRICS coincide quando o assunto é “à necessidade de se reforçarem as instituições e normas internacionais”. Entretanto, tais posições são “influenciadas pelos interesses circunstanciais de cada um dos países” (RAMALHO, 2013, p. 145-146). Dessa forma, conclui o autor:

“Faz falta aos BRICS o consenso em torno de um conjunto de valores que sirva de base à reestruturação da ordem internacional contemporânea, o que lhes permitiria exercer influência mais duradoura sobre a construção de uma ordem internacional que se fundamentasse em processos mais conducentes ao atendimento às ambições de longo prazo desses países” (RAMALHO, 2013, p. 146).

Seguindo a linha de alusão à fragilidade do agrupamento, ZHEBIT (2012, p. 117), aponta que a maior fragilidade do BRICS diz respeito à ausência de “instrumentos de defesa ou de coerção tangíveis, para que se possam proteger os interesses comuns ou fazer viger a vontade comum de todos, se os interesses da coalizão convergissem ou fossem postos em xeque” Contudo, a referência ao baixo *hard power* do BRICS, “não lhe tira a coesão moral e identitária” [*soft power*], “e o respaldo das normas internacionais legais, que podem se constituir em um conjunto de fatores mais influente do que a manifestação do poder bélico ou da ameaça de coerção”. Para Zhebit, a atual conjuntura internacional é favorável ao bloco, cabendo aos líderes dos cinco países aproveitarem a oportunidade, “a fim de corrigir graves disparidades no desenvolvimento político, econômico e social e fortalecer a governança global” [...]. Ainda que seja prematuro esperar que o BRICS molde a atual ordem (ZHEBIT, 2012, p. 140).

O conceito (westfaliano) de soberania é comumente suscitado nas declarações oficiais e do BRICS em foros internacionais pelos seus líderes. No entanto, Stuenkel (2012) acredita que o direito à soberania, um dos fatores que unem o grupo em torno de alguns temas como, por exemplo, a segurança global, será o mesmo que dificultará o sucesso da coalizão. Isso porque, “em decorrência das fortes reservas de todos os membros com relação à soberania, o arranjo continuará, essencialmente, a ser o que é hoje: uma plataforma para os líderes e os ministros de cada país se reunirem periodicamente [...]” (STUENKEL, 2012, p. 259). Para o autor, é prematuro confirmar se o BRICS poderá ou não desempenhar importante função na “necessária reconfiguração do sistema global”. Isso dependerá, grosso modo, da “disposição

dos governos nacionais fazerem uso da plataforma para abordar e enfrentar juntamente desafios importantes”. Como consequência, a expectativa deve ser ainda menor se o tema for “uma nova ordem mundial”, uma vez que, os países BRICS “foram os principais beneficiários do sistema atual e existem poucos incentivos para mudar as regras fundamentais do jogo”. Brasil, Índia e África do Sul, por exemplo, “tendem a ser mais revisionistas, porém, uma análise cuidadosa revela que os governos em Brasília, em Pretória e em Nova Deli estão mais preocupados em se juntar ao *establishment* global de que em desestabilizá-lo” (STUENKEL, 2012, p. 260, grifo nosso).

Além disso, “China e Rússia são potências de *status quo*” e, conseqüentemente, desejam permanecer na vanguarda da ordem mundial. A visão cética do autor em relação à mudança na ordem mundial se transforma em otimismo quando o assunto passa a ser a formulação da agenda internacional. Para o autor, os líderes dos BRICS, em particular, Brasil, Índia e China, possuem “habilidade crescente” para se tornarem formuladores de agenda, “o que lhes permitirá influenciar os debates globais da mesma maneira como o fizeram as potências tradicionais em décadas passadas”, descartando, assim, a promoção de mudanças sistêmicas (STUENKEL, 2012, p. 259-261).

Em consonância com os céticos, LUKYANOV (2013), analisando o BRICS desde a Rússia, acredita ser errado enquadrar a Rússia como mercado em crescimento. Segundo o autor, “a Rússia está visivelmente atrasada em relação a outros membros do grupo” (LUKYANOV, 2013, p. 538). No que diz respeito às divergências intra-BRICS, conforme Lukyanov (2013), o apontamento das numerosas divergências de interesses do BRICS esconde o desejo que o grupo tem em desenvolver este arranjo. Contudo, o autor aponta para o baixo protagonismo regional e a falta de desejo em assumir responsabilidades globais como pontos negativos para o grupo. Segundo Lukyanov:

“Há necessidade de soluções alternativas, embora por enquanto nenhum Estado que desempenhe papel regional importante (e os países do BRICS pertencem a essa categoria) tenha por si só a possibilidade (ou desejo) de oferecer uma visão global abrangente. Tomados em conjunto, todos eles preferem manter um perfil baixo porque sua importância é reconhecida de qualquer forma e não pretendem assumir o peso da responsabilidade” (LUKYANOV, 2013, p. 539).

Apesar da relativa melhora na relação entre os vizinhos Índia e China, “o grau de confiança entre os dois países continua baixo” e torna as projeções e perspectivas sobre a coalizão incertas. No entanto, “há uma oportunidade para evoluir. De qualquer forma, os

cinco países tratarão de preservar esse formato a fim de dispor de mais oportunidades no futuro”. E continuarão a buscar “consolidar suas posições na construção da futura ordem” (LUKYANOV, 2013, p. 540-562).

Conforme Ricupero (2013), o argumento “revelador da singularidade irreduzível do BRICS” (e a essência desta singularidade) é “a virtual impossibilidade de que eles cheguem a uma visão comum de mundo, uma vez que não conseguem chegar a um acordo sobre si mesmo”. Para o autor, dificilmente o BRICS convergirão em torno de uma posição única. Os valores morais dos cinco membros do grupo são sensivelmente incompatíveis e, por isso, “não se deve sobrecarregar a agenda dos BRICS com questões que impliquem valores, aspirações éticas ou morais, porque eles não são o lócus adequado para isso” (RICUPERO, 2013, p. 437).

Do ponto de vista da ordem mundial, o autor sublinha que não há, sequer, uma nova ordem ou a reconstrução da mesma, uma vez que “as estruturas básicas que herdamos da última grande reconstrução da ordem, que foi a de 1944 em Bretton Woods e a de 1945 em São Francisco, permanecem intactas, estão aí há mais de 60 anos” e cujo sistema “tem sido capaz de acomodar as mudanças do que foi o sistema anterior”. Nesse sentido, “atribuir ao BRICS o papel de bloco revisionista é um erro” (RICUPERO, 2013, p. 435, grifo nosso). O mais correto seria enxergar o BRICS como “expressão da necessidade [...] da busca de uma melhor governança global” (RICUPERO, 2013, p. 435-436, grifo nosso), evitando, assim, sobrecarregar o grupo com tarefas que não pode arcar. O autor conclui que, apesar da importância do “conceito BRIC”, não há dúvidas quanto a sua “utilidade limitada” (RICUPERO, 2013, p. 442). Infere-se, pois, a linha tênue (da coalizão) entre a autolimitação e a influência na nova governança global, conforme sugeriu o autor.

Para Sahni (2013) há quatro razões pelas quais “devemos ser céticos quanto à coesão do grupo no prazo médio e longo, qualquer que seja a utilidade percebida no prazo curto”, a saber:

"(1) o conceito foi organizado de fora para dentro, agora se procura internalizar; (2) “diferenças de percepção e atitude em relação à transição de poder e o status quo no sistema”; (3) aspirações e posições na ordem internacional são diferenciadas; (4) natureza política doméstica irrelevante para a coesão do grupo” (SAHNI, 2013, p. 586).

No que tange a primeira razão, Sahni (2013, p. 587) afirma que “para que se torne um grupo viável, terá de superar o conceito do economista O’Neill”, ou seja, ir além da sua “gênese” de mercados atraentes. A segunda e a terceira razões concernem às diferenças de aspiração e diferenças de status quo na ordem internacional, ou seja, Enquanto Brasil, África do Sul e Índia possuem aspirações no sentido de alterar a configuração do CSNU, Rússia e China pretendem manterem a ordem da segurança global vigente. Não obstante, “isso não significa necessariamente que os interesses dos três aspirantes e dos dois ocupantes sejam opostos: em uma futura expansão do Conselho, a Rússia e a China podem preferir facilitar a entrada permanente dos outros três países do BRICS” (SAHNI, 2013, p. 590). A quarta razão do ceticismo tem lugar no “tipo de governo” de cada membro do BRICS. Para o autor, “Qualquer expressão de apoio ao IBSA e de ceticismo para com os BRICS é entendida como oriunda de uma preferência normativa pela democracia”. Sem embargo, o autor assinala que “esse não é, e nunca foi, um argumento indiano”. [...] “a democracia é provavelmente um fator muito mais importante nas políticas externas do Brasil e da África do Sul, dados seus históricos relativamente recentes de transição democrática e de consolidação, do que no caso da Índia” (SAHNI, 2013, p. 594).

Contudo, a relevância da coalizão, para além das diferenças e dificuldades intrínsecas a estes, é realçada na “crescente sensação de que a transformação das estruturas de governança global é desesperada e urgentemente necessária”. “Nesse ponto é que o BRICS se torna relevante” e, conclui o autor, “a possibilidade, ou não, de que o BRICS acabe por causar impacto na política mundial dependerá de seu impacto na governança global” (SAHNI, 2013, 595). Para isso, faz-se necessário “expandir o grupo, a fim de incluir, pelo menos, a Turquia, o México e a Indonésia”, além de “dispor de secretariado permanente, idealmente situado no Brasil ou na África do sul, a fim de se manter-se geograficamente distante e alheio à geopolítica do hemisfério norte”. (SAHNI, 2013, p. 599-600).

O conjunto de análises tido como céticas, considera como relativamente iguais em força a possibilidade do BRICS transformar a ordem mundial e os principais entraves para o grupo alcançar tal objetivo. Verificamos que os autores supracitados enfatizaram a falta de singularidade e coesão política como o principal entrave para o grupo. Deste modo, o engajamento político seria um importante passo a ser dado pelo BRICS no sentido de influir nas decisões em temas globais e, por conseguinte, na ordem mundial.

A tabela a seguir resume a classificação das análises apresentadas acima.

Tabela 4. Classificação baseada nas posições dos autores

Otimistas	Pessimistas	Céticos
LIMA e CASTELAN, 2012.	ETZIONI, 2012.	VIZENTINI, 2012.
CERVO, 2012.	BURGES, 2011.	NAAZNEEN et al, 2013.
BAUMANN, 2012.	IKENBERRY, 2011a; 2011b.	RAMALHO, 2012.
LAIDI, 2011.	SENNE, 2012.	ZHEBIT, 2012.
NIU, 2012.	NYE, 2013.	STUENKEL, 2012.
OURO-PRETO, 2012.	RODRIK, 2013.	LUKYANOV, 2013.
PFEIFER, 2012.	STEWART, 2010.	RICUPERO, 2013.
FLEMES, 2010.	WALLERSTEIN, 2013.	SAHNI, 2013.
BARBOSA, 2013.	COZENDEY, 2013.	
GARCIA, 2012; 2013.	FIORI, 2013.	
NOGUEIRA, 2012.		
RAMALHO, 2013.		
NIETO, 2012.		

Elaboração própria.

Conforme pudemos verificar no debate apresentado, predominam as análises otimistas em relação ao BRICS e seu impacto na ordem internacional sob a liderança hegemônica norte-americana. Nossa pesquisa procurou considerar contribuições de autores importantes para este debate, mas não é exaustiva. Ainda assim, é notável que, das 31 análises expostas, quase 42% são otimistas, sendo que apenas uma delas análises sustenta que o agrupamento é revisionista. Em oposição, 32% das análises são pessimistas, descartando não só a capacidade do BRICS, como conjunto, alterar/influenciar a ordem internacional, mas sua própria viabilidade enquanto agrupamento. Pouco mais de 26% das análises são céticas, apontando tanto para a possibilidade de mudança sistêmica, quanto para os entraves no caminho do agrupamento.

As análises otimistas aludem à ideia de declínio do poder hegemônico dos Estados Unidos numa ordem multilateral que ainda reflete a distribuição de poder do pós-guerra. Desse modo, apontam para uma queda na capacidade dos Estados Unidos de prover o sistema

internacional com bens públicos globais. Segundo Bremmer e Roubini (2011, não paginado, tradução nossa), “atualmente os EUA não tem recursos suficientes para continuar, sozinho, promovendo políticas globais no âmbito do sistema financeiro”. Para os autores, o atual momento demonstra que há um vazio de poder, a este vazio os autores chamam de “G-zero”, isto é, “estamos vivendo em um mundo em que nenhum país ou bloco de países tem vontade política ou alavancagem econômica para promover uma agenda verdadeiramente internacional”. Conseqüentemente, as análises otimistas apontam para a necessidade da redistribuição dos custos da ordem internacional em vigência desde 1945.

Podemos verificar também que a maioria das análises otimistas são de autores brasileiros, com duas exceções. Em oposição, as análises pessimistas partem de autores predominantemente estrangeiros, exceto Senne e Fiori. Portanto, seria interessante aprofundar o estudo destas análises para verificar se há de fato uma relação direta entre análises otimistas/pessimistas e o país em que o estudioso escreve sobre o fenômeno. Paraphraseando COX (1996), “a teoria feita por alguém e para algum propósito”. Tais análises estariam, assim, sendo escritas para algum propósito? No caso do BRICS, dois propósitos podem parecer mais evidentes: desqualificar, a priori, o grupo ou qualificá-lo com exagerado otimismo. Respostas agora seriam também especulativas, dada a instabilidade atual do sistema internacional num contexto de crise econômica e o surgimento recente do grupo. Na ausência de trabalhos históricos e empíricos mais longos e de análises mais profundas e menos especulativas, acreditamos que a posição mais plausível seja a *cética*. Com base nas análises supracitadas e nas reuniões oficiais, é possível afirmar que a visão cética parece mais razoável com o momento atual. É notório o aumento da agenda do grupo. Portanto, faz-se necessário um estudo empírico a fim de verificar a plausibilidade da coalizão para além da retórica política e do habitual pessimismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o propósito de apresentar e organizar o debate público que acontece acerca do BRICS. Para alcançarmos a este propósito, primeiramente buscamos apresentar alguns conceitos que foram empregados ao longo da nossa explanação, definindo “ordem internacional” e “hegemonia” com base em importantes teorias das relações internacionais. Mostramos que o surgimento de potências emergentes, sustentado por altos índices de crescimento econômico não é um fato exatamente novo, tal mudança esta inserida em um longo processo que ocorre desde a década de 1970, mas que se acentuou no início do século XXI e que, nas teorizações de Arrighi e Gilpin, é recorrente na história do sistema internacional.

No capítulo seguinte, contextualizamos a ascensão do BRICS a partir da afirmativa de que há um declínio da ordem hegemônica norte-americana. Para isso, apresentamos, de forma analítica e histórica, o surgimento da nova ordem mundial pós-1945, que substituiu a ordem hegemônica britânica do século XIX. Nesta direção, demonstramos que a construção da ordem internacional sob a liderança norte-americana se assentou na institucionalização do sistema internacional, baseada na criação de órgãos multilaterais, tais quais, a ONU, o FMI e o Banco Mundial, entre outros. Contudo, demonstramos que, com o fim da SGM e o surgimento da Guerra Fria, boa parte dos trabalhos das organizações internacionais foi congelada pela disputa Leste-Oeste.

De 1945 até meados da década de 1960 os Estados Unidos desempenharam um papel de supremacia militar e econômica, tal período foi chamado de “a era de ouro do capitalismo e dos Estados Unidos”. Sem embargo, o ponto de inflexão da supremacia norte-americana foi a Guerra do Vietnã. A derrota no Vietnã trouxe à tona diversos problemas para os Estados Unidos, principalmente de cunho econômico. Os altos custos com a Guerra afetaram em cheio a economia do *hegemon*, causando problemas inflacionários e recorrentes déficits no balanço comercial, ainda mais acentuados pelas crises do petróleo na década de 1970 e o surgimento de novos polos econômicos. O resultado, de forma geral, foi a perda de confiança na economia norte-americana e a decisão (unilateral) deste de abandonar paridade ouro-dólar em 1971. A década subsequente ficou conhecida pelo início do processo de financeirização ou

internacionalização do capital, considerada por alguns autores, em particular G. Arrighi (1996) como a “contrarrevolução” dos Estados Unidos.

O fim da Guerra Fria foi percebido como o início da unipolaridade do sistema internacional, o qual os Estados Unidos detinham a supremacia militar e econômica. Do ponto de vista econômico, o Consenso de Washington, baseado nas ideias livre comércio, privatizações e abertura comercial, impulsionou a economia norte-americana durante toda a década de 1990, período em que poucos autores duvidavam da recuperação hegemônica dos Estados Unidos. No entanto, o início do século XXI marca a história mundial. Pela primeira vez os norte-americanos são atacados em seu próprio território (ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001). Os fatos desencadeados a partir de tal ataque demonstraram a tentativa dos Estados Unidos de manterem a posição de potência hegemônica. Todavia, as guerras do Afeganistão e do Iraque trouxeram resultados negativos, tanto para os Estados Unidos (aumento dos gastos militares), quanto para o sistema internacional, especialmente pelo fato de os Estados Unidos terem invadido o Iraque à revelia do CSNU. Assim, as inquietações acerca de seu poder foram ainda mais acentuadas depois da crise financeira de 2008.

No terceiro capítulo, mostramos o surgimento do termo BRIC, em 2001, e como ele passou de uma simples sigla para um arranjo político-diplomático em 2009. Apresentamos o histórico de reunião de cúpula do BRICS e quais são os principais temas debatidos nas cinco reuniões de líderes. Além de apresentarmos a evolução do “Plano de Ações” do grupo. Na primeira reunião, o BRIC estava preocupado com as consequências da crise financeira, as atenções foram voltadas para temas de cooperação econômica, particularmente, à sua atuação no G20. Na segunda Reunião, as questões de governança global e reforma do sistema financeiro internacional ganharam destaque. As novidades do terceiro encontro foram a entrada da África do Sul e o desenvolvimento do continente africano como prioridade. A quarta Reunião de Cúpula, os líderes dos cinco países afirmaram o desejo de criar um banco de desenvolvimento comum aos moldes do Banco Mundial, no intuito de financiar o desenvolvimento dos países do grupo. A quinta Reunião, em Durban, na África, o BRICS mostrou estar disposto em aprofundar a cooperação não só intra-bloco, mas, com outros países em desenvolvimento. Naquela ocasião, foram aprovados dois acordos, a saber, o “Acordo Multilateral de Cooperação e Co-financiamento para o Desenvolvimento Sustentável” e o “Acordo Multilateral de Infraestrutura de Co-Financiamento para a África”. A atuação do BRICS desde 2009 tem se pautada pela ideia de uma ordem internacional multipolar, para os líderes de Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, vivemos um

momento de declínio da hegemonia norte-americana, especialmente no seu componente de liderança, uma vez que sua superioridade material (militar) é incontestável. O declínio hegemônico repetidamente citado nas reuniões oficiais do grupo vai ao encontro da teorização de Arrighi, particularmente quando os Estados Unidos passam de credor internacional para devedor.

Debatendo o BRICS foi o título do quarto capítulo. Nesse, apresentamos e organizamos as análises sobre o papel do BRICS na ordem internacional sob hegemonia dos Estados Unidos. Durante a pesquisa, encontramos três posições comuns em relação às análises: otimistas, pessimistas e céticas. Em sua maioria, as análises encontradas foram otimistas. A maioria das análises dos autores selecionados acredita que o BRICS pode, principalmente, reformar a atual ordem internacional, refletida nas instituições internacionais do pós-guerra. Em menor número, aparecem as análises pessimistas. Tais análises se baseiam principalmente na heterogeneidade do grupo e na assimetria de poder intra-bloco para afirmar que a coalizão perecerá. O grupo de análises céticas é o menor dos três.

Consideramos que as análises tidas como céticas estão mais próximas do rigor acadêmico, distanciando-se da especulação midiática que há em torno da coalizão, uma vez que este grupo de autores apontam em proporções relativamente iguais as vantagens e desvantagens da formação do grupo e os caminhos e entraves para que este se consolide como tal. Acreditamos que o fenômeno BRICS carece de estudos mais profundos, alicerçados na análise histórica e estatística. Por ser um fenômeno ainda recente, a tendência é que nos próximos anos, caso o grupo se consolide no cenário internacional, o número de estudos mais densos aumente.

6. REFERÊNCIAS

ARIENTI, W; FILOMENO, F. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996, 408 p.

_____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008. 428p

_____; SILVER, B. **The long 20th century**. Disponível em: <<http://www.english.ufl.edu/mrg/readings/The%20Long%20Twentieth%20Century.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

AYEBER, L, F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: ed.UNESP, 2002.

BARBOSA, R. O Brasil e os BRICS: policy paper. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional** – 2. ed. rev. ampl. -- Brasília: FUNAG, 2013, p. 223.

BENACHENHOU, A. **Países emergentes**. Brasília: FUNAG, 2013. 234 p.

BAUMANN, R. Os BRICS E O G20 Financeiro. In: **o Brasil, os BRICS e a agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, página 206.

BRICS5 [Internet]. **First Summit – Ecaterimburgo Declaration** - 2009. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/first-summit/>>. Acesso em: 5 Jun. 2013.

BRICS5 [Internet]. **Second Summit – Brasilia Declaration** - 2010. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/second-summit/>>. Acesso em: 5 Jun. 2013.

BRICS5 [Internet]. **Third Summit – Sanya Declaration** - 2011. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/third-summit/>>. Acesso em: 6 Jun. 2013.

BRICS5 [Internet]. **Fourth Summit – Delhi Declaration** - 2012 Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/fourth-summit/>>. Acesso em: 6 Jun. 2013.

BRICS5 [Internet]. **Fifth Summit - eThekweni Declaration** - 2013. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/Fifth-summit/>>. Acesso em: 6 Jun. 2013.

BULL, H. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. 2nd ed. New York: Columbia University Press, 1995.

BURGES, S. Os BRICs e a ONU: Coordenação ou fragmentação. 21 de outubro de 2011, e-**International relations**. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2011/10/21/the-brics-and-the-un-coordination-or-fragmentation/>>. Acesso em: 10 out. 2013.

CERVO, A. O Brasil na atual ordem mundial. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** | v.1, n.2, Jul/Dez 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/30514/20485>> Acesso em: 7 jul. 2013.

COZENDEY, C. BRIC a BRICS em um mundo em transição. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional** / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. – 2. ed. rev. ampl. -- Brasília : FUNAG, 2013, p. 159.

COX, MICHEL. Is the United States in decline—again? **International Aff airs** 83: 4 (2007) 643–653. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/International%20Affairs/2007/83_4643-654.pdf>. Acesso em: 1 set. 2013.

COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond IR Theory. In.: Robert O. Keohane, ed., **Neorealism and Its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986: 204-255.

COX, R. & SINCLAIR, Timothy J. (eds.). **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COMTRADE. **United Nations Commodity Data base**. Disponível em: <<http://comtrade.un.org>> Acesso em: 5 jul. 2013.

ETZIONI, A. The Myth of Multipolarity. **National Interest**. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/the-myth-multipolarity-7500>> Acesso em: 19 maio, 2013.

FIORI, J.L. **O poder americano**. Petrópolis, Rio de Janeiro: ed. Vozes, 2004. 455

_____. O Brasil e as potências emergentes. **Outras Palavras** [24/10/2013], São Paulo. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/destaques/o-brasil-e-as-potencias-emergentes/>>. Acesso em: 27 out. 2013.

FLEMES, D. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 53, n. 1, Jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292010000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Jul. 2013.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro (RJ): Rocco, 1992.

GARCIA, A. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo**. 2012. 413 f. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2012.

GILPIN, R. **War and Change in World Politics**. University Press: Cambridge: Cambridge, 2002. 272 p.

HOBBSBAWM, E. J. 1917-. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2. ed. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 455 p.

HURREL, A; et al. **Os BRICS e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 168 p.

IKENBERRY, G. J. **Liberal Leviathan: the origins, crisis, and transformation of the American world order**. NJ: Princeton University Press, 2011. 372 p.

_____. "The future of the liberal world order: internationalism after America." **Foreign affairs** (2011). Disponível em: <<http://go.galegroup.com.ez46.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA258910202&v=2.1&u=capes58&it=r&p=AONE&sw=w>> Acesso em: 22 Jun. 2013.

_____. **After Victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars**. NJ: Princeton University Press, 2001. 293 p.

_____. America's Liberal Grand Strategy: Democracy and National Security in the Post-War Era. In.: **American Foreign Policy: 5th edition**. New York: Longman, 2004: 274-297.

_____. Entrevistas e Debates: BRIC. [19 de dezembro de 2011]. Brasília. Entrevista concedida ao programa **Ponto de Vista**. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PONTO-DE-VISTA/207149-JOHN-IKENBERRY-\(PHD-EM-RELACOES-INTERNACIONAIS\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PONTO-DE-VISTA/207149-JOHN-IKENBERRY-(PHD-EM-RELACOES-INTERNACIONAIS).html)>. Acesso em: 14 Out. 2013.

International Monetary Fund. **World Economic Outlook Data base**. 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>> Acesso em: Ago. 2013.

JAKOBSEN, K. **Comércio internacional e desenvolvimento: do Gatt à OMC – discurso e prática**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 112 p.

KHANNA, P. BRICS, VISTA, BROOMS—just because it's an acronym doesn't mean it's an investment opportunity. **Quartz**. Disponível em: <<http://qz.com/97085/the-brics-were-coined-using-superficial-indicators-these-are-the-real-frontier-markets/>> Acesso em: 17 Jul. 2013.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1989.

KEOHANE, R. O. (Robert Owen). **After hegemony**: cooperation and discord in the world political economy. Oxford: Princeton University Press, 2005.

LAIDI, Z. The BRICS Against the West? **Ceri Strategy Papers**, n. 11 – Hors Série, Nov. 2011. Disponível em: <http://www.sciencespo.fr/ceri/sites/sciencespo.fr/ceri/files/n11_112011.pdf>. Acesso em: 23 Set. 2013.

LIMA, A; CASTELAN, D. (2012). O Brasil, os BRICS e a institucionalização do conflito internacional. In: FUNAG (org.). **o Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 79-85.

LUKYANOV, F. Comentários russos sobre o BRICS: expectativa ou realidade? In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional** / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. – 2. ed. rev. ampl. -- Brasília: FUNAG, 2013, p. 533.

NAAZNEEN, B; RATHER, E; WEBER, S. "The mythical liberal order." **The National Interest** 124 (2013). Disponível em: <<http://go.galegroup.com.ez46.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA320913773&v=2.1&u=capes58&it=r&p=AONE&sw=w>> Acesso em: 2 Jun. 2013.

NIETO, N. A influência das economias emergentes em assuntos internacionais. **Estudos Avançados**. n. 26 (75), 2012.

NOGUEIRA, P, J. Os BRICS e as mudanças na ordem internacional. In: MESA REDONDA, **o Brasil os BRICS e a agenda internacional**; 2012, Brasília. FUNAG, Brasília: 2012. 344 p.

NYE, J. Incompatibility Hinders BRICS Bloc. **Taipei Times**, April 8, 2013. Disponível em: <<http://www.taipeitimes.com/News/editorials/archives/2013/04/08/2003559062/1>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

OURO-PRETO, A. Mesa-redonda : o Brasil, os BRICS e a agenda Internacional. In: FUNAG (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, página 72.

PATRICK, S. "Irresponsible stakeholders? The difficulty of integrating rising powers." **Foreign Affairs** (2010): 44. 3 Jun. 2013. Disponível em: <<http://go.galegroup.com.ez46.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA246715570&v=2.1&u=capes58&it=r&p=AONE&sw=w>> Acesso em: 22 jul. 2013.

_____. **The BRICS India Summit: Beyond Bricolage?** 28 de março, 2012 Disponível em: <<http://blogs.cfr.org/patrick/2012/03/28/thebrics-India-summit-beyond-bricolage/>> Acesso em: 10 ago. 2013.

PECEQUILO, C, S. **A Política Externa dos Estados Unidos**: continuidade ou mudança? – 3. ed. Ampl. e atual. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2011. 520 p.

PFEIFER, A. (2012). o Brasil, os BRICS e a agenda internacional. In: FUNAG (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, pp. 79-85.

RAMALHO, A. (2012). O Brasil, os BRICS e a agenda internacional: ceticismo, intersecções e oportunidades. In.: FUNAG (org.). **o Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, pp. 87-99.

UNCTADSTAT. **Report Folders**. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org>> Acesso em: 10-13 jul. 2013.

RICUPERO, R. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. In: MESA REDONDA, **o Brasil os BRICS e a agenda internacional**; – 2. ed. rev. ampl. -- Brasília: FUNAG, 2013, p. 431.

RODRIK, D. Por que o mundo precisa dos BRICS. **Project Syndicate**. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/the-brics-and-global-economic-leadership-by-dani-rodrik/portuguese>>. Acesso em: Jul. 2013.

SATO, E. A ordem internacional hoje: segurança, estabilidade e bens públicos internacionais. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. Vol. 1. n. 2. Jan. 2003. Disponível em: <http://www.fAAP.br/faculdades/economia/ciencias_economicas/revista_02.asp>. Acesso em: 9 out. 2013.

SAHNI, V. Perspectiva indiana sobre o BRICS: entusiasta, evasiva e ainda em evolução. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. – 2. ed. rev. ampl. -- Brasília : FUNAG, 2013, p. 563.

SENNES, R. O engajamento internacional minimalista e seletivo dos BRICS. In: FUNAG (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, página 221.

SHARMA, R. "Broken BRICs: why the rest stopped rising." **Foreign Affairs** 91.6 (2012). Disponível em: <<http://go.galegroup.com/ps/i.do?id=GALE%7CA314650283&v=2.1&u=capex58&it=r&p=ONE&sw=w&asid=3e2e631681c4d89b582e899a3f232998>>. Acesso em: 7 out. 2013.

SHEFNER, J; FERNANDEZ-KELLY, P. **Globalization and beyond: new examinations of global power and its alternatives**. Edited by Shefner and Patricia Fernandez-Kelly. Published by Pennsylvania State University Press, University Park.

SILVA, R. Os BRICS: considerações sobre os novos atores globais no século XXI. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**. 3ª ed. 2013. Disponível em: <<http://rari.ufsc.br/files/2013/07/RARI-Artigo-2.pdf>> Acesso em: Ago. 2013.

SOUTO MAIOR, Luiz. A ordem mundial e o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ano 46, n. 2, 2003, p. 26-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a02.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

STUENKEL, O. Brasil, BRICS e desafios globais. In.: Mesa-redonda : **o Brasil, os BRICS e a agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, p.259-263.

STEWART, P. "Irresponsible stakeholders? The difficulty of integrating rising powers." **Foreign Affairs** 89.6 (2010): 44. Disponível em: <<http://go.galegroup.com.ez46.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA246715570&v=2.1&u=capes58&it=r&p=AONE&sw=w>> Acesso em: 3 Jun. 2013.

UZIEL, E. **Conselho de segurança, as operações e manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2010. 244 p.

VIZENTINI, P, F. **Historia do século XX**. 2.ed. Porto Alegre (RS): Novo Século, 2000. 247p

_____. A dimensão político-estratégica dos BRICS: entre a panaceia e o ceticismo. In.: Mesa-redonda : **o Brasil, os BRICS e a agenda Internacional**. Brasília : FUNAG, 2012, página 201.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico**. Rio de Janeiro: ed. Contraponto, 2004.

_____. Que interesses servem os BRICS? [22 de maio de 2013]. **Esquerda.Net**. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/opiniao/que-interesses-servem-os-brics/27959>> Acesso em: 15 out. 2013.

ZAKARIA, F. **O mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 307 p.

_____. The Rise of Illiberal Democracy. **Foreign Affairs**, Nov. 1997.

ZHEBIT, A. Cinco Países – Um Destino? **Diálogos**, v. 16, n.1, p. 115-142, jan.- abr./2012.